



MUNICÍPIO DE SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015*

ATA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Ata de 08.06.2015

Ponto 4. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2015**
. Apreciação de Propostas de Alteração - 8.ª/8.ª -

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTRO ESCOLARES
. Centro Escolar da Freguesia de Samuel
. Manutenção das Instalações Eletromecânicas (AVAC)
- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
. Polidesportivo do Sobral
- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 7. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
. REDE SOCIAL
- Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Ponto 8. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- . GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL – GIP
- Notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura

Ponto 9. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- . Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel
- . Piscinas Municipais de Soure
- Pedido de Entrada Gratuita

Ponto 10. **AÇÃO SOCIAL** – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- . AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB
- . Ano Letivo 2015/2016

10.1. Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB

- Escolha do Procedimento Prévio

10.2. Fornecimento de Refeições Escolares

- Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

10.2.1. - Alfarelos

10.2.2. - Granja do Ulmeiro

10.2.3. - Samuel

10.2.4. - Tapéus

10.2.5. - Vinha da Rainha

10.3. Protocolo com Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/AQUISIÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Antiga Escola Secundária - Ginásio
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
- . Várias Intervenções no Concelho de Soure
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
- . Largo do Jardim - Samuel
 - Adjudicação

Ponto 14. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . ESTUDOS E PROJETOS
- . Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas
 - 14.1. Alfarelos/Granja do Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães
 - 14.1.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio
 - 14.1.2. Escolha de Procedimento Prévio
 - 14.2. Gesteira/Piquete à Povoação de Lousões
 - 14.2.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio
 - 14.2.2. Escolha de Procedimento Prévio
 - 14.3. Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis
 - 14.3.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

14.3.2. Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 15. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...**

. ESTUDOS E PROJETOS

. Elaboração de Um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)

15.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

15.2. Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 16. **PROTEÇÃO CIVIL**

. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

. CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO/CONSERVAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA

. Pintura Exterior de Pontos de Água e Instalação de Contadores

- Adjudicação

Ponto 17. **PROTEÇÃO CIVIL**

. Z.I.F. (Zona de Intervenção Florestal) SOURE OESTE

- Adesão

Ponto 18. **PROTEÇÃO CIVIL**

- Constituição de uma 2.ª EIP

Ponto 19. **ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA – ÁGUA**

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. Substituição de Tubagem na Freguesia de Figueiró do Campo

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 20. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO**

. RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais

. Mega Esplanada - Roteiro Comercial e Gastronómico de Soure

. Associação Empresarial de Soure

20.1. - Ocupação de Espaço Público com Expositores e Esplanadas

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

20.2. - Isenção do Pagamento de Taxas

Ponto 21. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

. FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS

21.1. Designação da Comissão Executiva

21.2. Designação da Comissão de Honra

Ponto 22. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**

. ESPAÇOS DO CIDADÃO DO CONCELHO DE SOURE

. Espaço do Cidadão de Soure

. Espaço do Cidadão de Alfarelos

- Serviços de Conectividade e Interligação aos Serviços AMA

. Escolha de Procedimento Prévio

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos não esteve presente por motivo de gozo de férias.

O Senhor Presidente deu início à reunião referindo que: “dar-vos conhecimento que, nos dias 26 e 27 de junho, participámos no 1.º Fórum de UE-CPLP com um stand expositor, com algum material promocional do Concelho, juntamente com um conjunto de empresas. Pareceu-nos ser uma iniciativa interessante de baixo custo. O nosso contributo teve a ver com a presença de um grupo de animação e respetivos custos de deslocação. Pensamos que a iniciativa foi proveitosa e que os empresários de Soure estavam motivados e tiveram a oportunidade de procurar novos mercados e de contactar com novos e diversificados agentes.

Recebemos um ofício do Núcleo Regional do Centro da Luta Contra o Cancro, sobre o Programa do Rastreio do Cancro da Mama, agradecer a colaboração prestada pelo Município.

Dar-vos também nota que, na próxima quinta-feira, num patrocínio de Terras de Sícó, passará por Soure, com a Meta Volante, a Volta a Portugal do Futuro, prova de ciclismo de âmbito internacional para menores de 23 anos. Uma das etapas do calendário nacional passará pelo território de Terras de Sícó. Esta etapa inicia-se em Pombal e termina em Ansião. Os custos para o Município de Soure serão na ordem dos 3.000,00 euros.

O Município, no período que mediou entre a última reunião e a de hoje, fez-se representar em todos os eventos culturais realizados no Concelho, desde festivais de folclore, encontros de marchas e provas desportivas ao nível dos torneios de futsal.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “só um pequeno apontamento sobre um assunto que foi amplamente reconhecido, em sede de Assembleia Municipal, e que me permitia colocar aqui para que também conste em ata. O regozijo que todos nós temos por esta distinção, que foi atribuída pela União Europeia, ao Arroz Carolino onde o Concelho de Soure pontifica em termos de produção. O Arroz Carolino do Baixo Mondego foi apontado como uma indicação geográfica protegida e eu acho que todos nós nos devemos congratular por isso. O Baixo Mondego, pelos dados que obtive, porque fiquei naturalmente também satisfeito pela notícia, é uma região onde o número de horas de luz é elevado, as temperaturas médias são mais amenas, tem amplitudes térmicas mais suaves, tem

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

uma considerável humidade relativa do ar, tem uma menor radiação global, e portanto, a maturação lenta e específica do arroz é favorável em relação a outras regiões. Sendo o Concelho de Soure o epicentro, ou estando no epicentro, de uma produção desta natureza acho que nos devemos todos regozijar e saudar, naturalmente, todos aqueles que fazem também da produção do arroz a sua atividade diária e atividade profissional.”

O Senhor Presidente referiu que: “com certeza que à semelhança do que já foi dito na Assembleia Municipal, dar os parabéns a todos os agricultores produtores de arroz e às organizações agrícolas do Baixo Mondego, cooperativas e associações de agricultores. Dar nota que, este ano, o Município voltou a dar apoio a esses produtores que produzem esse produto endógeno que é o arroz carolino. Patrocinámos, mais uma vez, a central de uma bombagem na zona da ponte de Vila Nova de Anços, para bombear a água do rio Arunca para o campo em parceria com a Associação de Defesa da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego.

No fim de semana passado realizaram-se os Festejos Religiosos em Honra da Rainha Santa Isabel, em Soure. Houve também necessidade de fazer uma limpeza das algas no rio, uma intervenção com maquinaria pesada da qual a “operação” correu bem.”

Foram dadas várias informações e prestados diversos esclarecimentos. -----

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

**Município de Soure
Requerimentos para Reunião**

De 26-06-2015 a 13-07 -2015

13-07-2015

Class.: 01

Ano: 2015

Número: 73

Dt. Entrada Reqt.: 09-02-2015

Processo : 01/2007/98/0

Requerente: Lacticoop União Coop. Prod. Leite entre Douro e Mon

Tp. Pedido: Projetos de especialidade

Tp. Construção: Nova construção

Tp. Utilização: Agro-pecuária

Tipo Informação: Aprovo Especialidades [Despacho]

Informação: Aprovo especialidades e deferido o pedido de licenciamento nos termos da informação técnica.

Data reunião: 10-07-2015

Local Obra: Casa Velha

Freguesia: Soure

Total: 1

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Foi tomado conhecimento, divulgue-se e afixe-se na átrio dos Paços do Concelho. ----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Ata de 08.06.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de ata. -----

Ponto 4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2015

. Apreciação de Propostas de Alteração - 8.ª/8.ª –

Deliberado, por maioria, com 3 (três) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e 3 (três) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - CDS/PP - PPM, aprovar as Propostas de Alteração - 8.ª/8.ª -. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTRO ESCOLARES
- . Centro Escolar da Freguesia de Samuel
- . Manutenção das Instalações Eletromecânicas (AVAC)
 - Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTRO ESCOLARES

- CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE SAMUEL
- MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELETROMECÂNICAS (AVAC)
 - PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 23.600,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências da Câmara Municipal, cf. alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho, e nos termos da autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de Junho de 2015.

O presente encargo está previsto no orçamento pela rubrica 02.02.07.01.03.05 e trata-se de ação inscrita nas Grandes Opções do Plano com a classificação de 01.002 2015/14-5.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Chama – Equipamentos Térmicos, SA;
- Formilectrónica, Lda.;
- 2 Climas, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vitor Miranda, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
08/07/2015

e

Assunto Educação/Educação Pré-Escolar

- Conservação/Reparação de Centros Escolares
- . Contrato de Manutenção das Instalações Eletromecânicas (AVAC)
- . Centro Escolar da Freguesia de Samuel

De acordo com as anomalias verificadas, relativas ao funcionamento indevido do sistema de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), foram efetuadas diligências no sentido de avaliar e quantificar as causas do mau funcionamento verificado.

Assim e após a verificação da situação existente, constatou-se que existem danos de grande dimensão na unidade produtora de água refrigerada/ aquecida (Chiller) existente na cobertura do edifício, que impossibilita o funcionamento de todo o sistema.

Por conseguinte, efetuou-se uma consulta ao mercado, com o intuito de comparar os custos de reparação e os de substituição integral da unidade em questão, tendo-se obtido os seguintes valores:

- Empresa “TERMOINSTAL – Instalações Especiais, Lda”
 - . Reparação do "chiller" (sem garantia nas peças sem substituição) - 21.700,00€
 - . Substituição do "Chiller" por novo (garantia total) - 25.792,00€
- Empresa “CHAMA – Equipamentos Térmicos, SA”
 - . Substituição do "Chiller" por novo (garantia total) - 23.600,00€

Aos Valores apresentados, acresce IVA à taxa legal em vigor.

Assim, e tendo em consideração os valores apresentados, bem como as diferentes garantias de funcionamento que as propostas apresentam, considera-se como tecnicamente mais viável, a opção de

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

substituição integral do equipamento "Chiller", sugerindo-se a aquisição do mesmo à empresa "CHAMA – Equipamentos Térmicos SA", pelo valor de € 23.600,00 (Vinte e Três Mil e Seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vitor Miranda, Eng.º Eletrotécnico)
16.03.2015

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de um Centro Escolar recente, com três anos de uso, e este tipo de equipamento só tem dois anos de garantia. No decorrer deste ano letivo, que agora findou, vimo-nos confrontados com a avaria do sistema (AVAC). Diria que, no âmbito da eficiência energética, se cada vez que isto avariar e custar este valor, fica caríssimo. O edifício foi concebido para funcionar com sistema AVAC, é um sistema complexo de aquecimento, arrefecimento, renovação de ar, e não tem janelas para entrar ar natural. Este sistema utiliza-se em grandes edifícios, grandes hospitais, grandes escritórios e também se utiliza nestes equipamentos de grande dimensão. De modo que, no meio do inverno ainda conseguimos reforçar o equipamento com alguns aquecedores a óleo, mas o início do verão foi feito com algum sacrifício, com o calor existente naquelas salas, com as paredes totalmente envidraçadas e viradas ao sol. Portanto, não podemos iniciar o novo ano letivo sem repor este equipamento, por isso, proponho que se aprove a abertura deste procedimento.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “quando avaliei este ponto fiquei com a ideia que isto terá sido uma obra feita pela Parque Escolar. Só pode ser, porque um equipamento desta natureza que, ao fim de dois anos, tem avarias de dimensão difícil de ultrapassar, só pode ser de estranhar. Diz-se que são danos de grande dimensão, mas conviria saber que grande dimensão é esta? É enfática a opinião do Engenheiro da Câmara Municipal em que estes danos de grande dimensão impossibilitam, naturalmente, que este equipamento continue a funcionar e tenha que ser repostado. Permitia-me só dar nota do seguinte: acho que não devemos continuar a apostar, salvo melhor opinião pois não sou técnico da matéria, em situações que nos possam conduzir, daqui a dois ou três anos, a um ainda maior dispêndio de dinheiros públicos que nenhum de nós pode concordar.

O segundo aspeto tem a ver com a informação que nos é prestada. Salvo melhor opinião, pode haver aqui um erro de forma. Na minha opinião, não me parece que esta tramitação processual esteja feita de forma que possamos avaliar uma proposta desta natureza, não me parece que estejamos ou possamos estar em condições de

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

apreciar uma proposta desta natureza, porque no fundo, estamos a dar orientações aos serviços para consultarem três empresas que já foram consultadas.”

O Senhor Presidente referiu que: “estamos a falar de um equipamento que está avariado, inoperacional, tem que ser arranjado e que custou mais de 80.000 euros. Em outubro/novembro fui confrontado com esta avaria, o mau funcionamento do equipamento, obviamente que tivemos que o mandar avaliar e consultar o mercado. Neste caso decidi que os serviços, primeiro, deviam ser transparentes na informação que davam ao Presidente da Câmara, disponibilizo-a a todos os membros do Executivo. Segundo, temos que cumprir as regras da contratação pública e o concurso seguirá por convite às três empresas, quando estiver concluído, terão os seus argumentos. Não é pelo facto destas terem sido consultadas que agora iríamos consultar outras que não estas.

Penso que estamos em condições de dar início ao procedimento e que se consultem estas empresas, sendo que duas delas são do concelho de Soure. A empresa instaladora deste equipamento inicial foi a empresa Chama-Equipamentos Térmicos, S.A., onde também é dada a possibilidade para vir a concurso. Como tem sido defesa deste Executivo, damos também a oportunidade a empresas do Concelho de Soure, nomeadamente a 2 Climas, Lda. e a Formilectrónica, Lda. Portanto, acho que temos todas as condições para dar início a este procedimento.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “compreendo o que o Senhor Presidente acaba de dizer, mas nada nos move contra estas empresas que desconheço. Temo é que, por algum facilitismo da nossa parte, em algumas matérias de índole processual, possamos incorrer em situações que nos possam prejudicar enquanto eleitos e enquanto cidadãos. De qualquer maneira, naturalmente o nosso voto, nesta matéria, é um voto positivo, nós não podemos querer que as crianças do Pré-Escolar de Samuel lhes aconteça o que acontece em muitas escolas deste país, fruto de um novo-riquismo que houve nos últimos tempos, que tenham construído equipamentos com custos de manutenção e infraestruturas desta e de outra natureza, que são impossíveis de suportar pela população portuguesa e pelos nossos impostos. De qualquer maneira, há aqui um problema que tem que ser resolvido e tem que ser resolvido já, como é óbvio, por isso, nós votaremos a favor deste procedimento, mas deixando contudo o alerta é a crítica.”

O Senhor Presidente referiu que: “este início de procedimento não tem rigorosamente nenhuma falha, nós estamos a convidar três empresas para prestarem

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

um determinado tipo de serviço e as regras da concorrência da contratação pública estão todas cumpridas. A justificação do técnico que avalia a situação, o que ele tenta mostrar é que para chegar a um preço base andou a consultar o mercado e assume que tipo de empresas e quais consultou. Tanto o técnico, Eng.º Vítor Miranda, responsável por esta operação, como o Dr. Ivo Costa, responsável pelos procedimentos da contratação, oferecem todas as garantias de que os procedimentos legais estão mais que cumpridos e mais, aqui o técnico vai além daquilo que lhe é exigido, quando se fala de consulta ao mercado indica claramente e justifica porque é que este valor 23.600,00 euros é um valor base.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “para que conste, porque notei isso na parte de todos nós, as nossas dúvidas são processuais e, em momento algum, demos nota sobre o apreço e a idoneidade de cada uma das pessoas que fundamentaram todo este processo que, de resto, muito respeitamos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo do Sobral
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES – DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
POLIDESPORTIVO DO SOBRAL
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **ajuste direto**, uma vez que o **preço base** é de **10.498,40 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2015 pela rubrica **02.02.07.01.04.06** e trata-se de ação inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **02 002 2015/69**.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

2. PROCESSO

Aprovar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEQUINTES ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **EUROTÉNIS – Equipamentos Desportivos, Ld.ª;**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
08.07.2015

e

Assunto: *Cultura, Desporto e Tempos Livres – Desporto e Tempos Livres
Conservação / Reparação de Polidesportivos
Polidesportivo do Sobral*

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação atual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **10.498,40 €+ IVA**.

Deste modo, propõe-se a pintura do pavimento existente e muros laterais, bem como a reparação do pavimento do campo desportivo.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Direto, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. **EUROTENIS .- Equipamentos Desportivos, Lda.**

À Consideração Superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
06-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 7. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

. REDE SOCIAL

- Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL / APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
- REDE SOCIAL
. PROGRAMA CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS)**

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

No âmbito da Reunião do Plenário do Conselho Local de Ação Social de Soure (CLAS) realizada no dia 09 de julho de 2015, informamos que, foi deliberado, por unanimidade:

- Apresentar a Candidatura do Concelho de Soure ao Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 3.ª Geração (CLDS – 3 G);
- Designar a Santa Casa da Misericórdia de Soure como Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP);
- Aprovar a Proposta do Sr. Presidente do CLAS a designar a Dra. Rosália Maria Simões Mendes como Coordenadora Técnica do CLDS;
- Não designar Entidades Locais Executoras a integrar a Parceria no CLDS.

ANEXO: Cópia da Ata em Minuta

À consideração superior,
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde
(Cristina Marta, Dra.)
2015.07.09

O Senhor Presidente referiu que: “dar-vos conhecimento que, no passado dia 09 de julho, realizou-se o Conselho Local de Ação Social de Soure, onde foi aprovado apresentar a Candidatura do Concelho de Soure ao Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 3.ª Geração. Nesta fase era necessário também indicar uma Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP), foi aprovado designar a Santa Casa da Misericórdia de Soure. Quanto à proposta do Coordenador Técnico do CLDS, foi aprovado designar a Dra. Rosália Maria Simões Mendes, técnica desta Autarquia. Não designámos outras Entidades Executoras, porque se entendeu não ser relevante para o funcionamento deste Contrato Local de Desenvolvimento Social, dada a dimensão do Concelho de Soure.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Senhor Presidente, não percebo o último ponto, ou seja, não designar Entidades Locais Executoras para integrar a parceria. O que é que isto quer dizer exatamente?”

O Senhor Presidente referiu que: “os CLDS preveem uma Entidade Coordenadora da Parceria e que possa haver, até três Entidades Executoras de Ações. Na altura quando fiz a convocatória, enquanto Presidente do CLAS, abri os diversos pontos, sendo que, para o último ponto, entre o período da convocatória e a realização da reunião, no fim de maturadas diversas questões, segui a proposta da não existência de outras Entidades Locais Executoras. A Entidade Coordenadora do CLDS é a entidade que dá figura jurídica ao funcionamento do gabinete, digamos que serve de “barriga de aluguer” para todas as operações em termos jurídicos ou

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

administrativos, é o número de contribuinte dessa instituição, são os administradores desta instituição que ficam não como gestores, mas perante o Fundo Social Europeu, perante as Instituições de Tutela a nível de Finanças, perante os contratos que vão realizar, são esses dirigentes e essa instituição que vai ter a responsabilidade de fazer a boa execução do programa. No novo Quadro Comunitário de Apoio tem-nos sido dito, e os regulamentos assim o começam a revelar, que a execução das ações, mais pela boa execução financeira, ou seja execução da ação em si, sejam ações de formação, sejam ações de investimento, a avaliação será feita por o atingir de determinado tipo de objetivos, muitos deles quantificados em termos de criação de empresas, resolução de determinado tipo de problemas, empregabilidade, ações de formação em termos de criação de emprego ou melhoria de situação de emprego e não, como até aqui, em Quadros Comunitários anteriores, onde o importante era a boa execução financeira, tinha-se uma Candidatura de 100, uma Execução Final validada de 100, independentemente dos resultados sobre os objetivos dessa Candidatura. Este será CLDS de 3.ª Geração, isto quer dizer que, antes deste, terá existido uma 1.ª e uma 2.ª Geração, que serviram de experiência. A experiência dos Técnicos e dos Dirigentes da Segurança Social Regional apontam para que fosse, porque há dois tipos de CLDS de duas dimensões diferentes, o nosso será o que terá uma dimensão menor, até em termos financeiros. Há CLDS cujo financiamento será até 450.000 euros para os três anos e CLDS com financiamento até 300.000 euros para os três anos. No caso de Soure são 100.000 euros por ano para colocar a funcionar um gabinete e um conjunto de ações a propor em sede de candidatura e determinar pelo CLAS. Havendo uma dispersão de Entidades Executoras, mais Entidade Coordenadora e mais uma ou duas Entidades Executoras, estaríamos aqui a delegar a responsabilidade de executar ações cuja responsabilidade financeira seria da Entidade Coordenadora. Podíamos estar aqui a correr o risco de delegar ações numa Entidade Executora que, por razões diversas, e até nos tempos que correm de alguma instabilidade, estando até algumas Instituições a passar por dificuldades, tem que haver aqui alguma estabilidade na ação. Nós queremos, e porque me comprometi com o Diretor Regional da Segurança Social, numa boa articulação com a Administração Central, que o CLDS de Soure tenha sucesso e tenha uma avaliação positiva no final dos três anos. Nós só somos abrangidos por um item naquilo que são os itens de inclusão dos CLDS, não somos um Concelho de pobreza, nem em risco de pobreza, não somos um Concelho com índice de criminalidade ou índice de marginalidade, não somos um Concelho com elevado índice de desemprego, nem somos um Concelho com problemas sociais. Dos

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

diversos itens que elegem na portaria e no anexo a elegibilidade para ter CLDS, somos um Concelho envelhecido, é este o único item que somos abrangidos, por isso o nosso CLDS será um dos mais pequenos. O nosso CLDS será um gabinete com três a quatro técnicos, a funcionar em estreita articulação com o Município. Nós temos a felicidade de ter um Concelho com uma boa rede social, portanto, chegámos à conclusão que estar a dispersar meios de uma ou duas entidades executoras, podia colocar em risco a estabilidade do gabinete. Por isso, ficou decidido não designar Entidades Locais Executoras, porque a Entidade Executora será a Entidade Coordenadora. A equipa está a trabalhar para entregar uma boa Candidatura até ao dia 23 de julho.”

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 8. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
. GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL – GIP
- Notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura**

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL/APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
Gabinete de Inserção Profissional – GIP
– NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA**

A Câmara Municipal tem, desde **maio de 2009**, um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) em funcionamento com o objetivo de reforçar a atuação do Serviço Público de Emprego no apoio à inserção profissional dos desempregados, com capacidade de atuação em proximidade aos territórios e às populações e em estreita articulação com a rede de Serviços de Emprego, terminando a autorização de funcionamento a 31 de dezembro de 2015.

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P (IEFP, I.P.), em 08 de junho de 2015, teve início um novo processo de Candidatura para autorização de funcionamento de Gabinetes de Inserção Profissional, tendo o Município de Soure submetido uma nova candidatura, conforme se deu conhecimento à Câmara Municipal na sua reunião de 25 de junho de 2015.

Através da comunicação N.º 4916 de 02 de julho de 2015, o IEFP, I.P. – Delegação Regional do Centro, vem notificar o Município da decisão de aprovação relativa à candidatura N.º 107/GIP/2015, apresentada no âmbito da criação dos Gabinetes de Inserção Profissional.

No prazo de 15 dias após a notificação, o Município de Soure terá de comunicar a aceitação do financiamento aprovado, através da devolução, devidamente assinado, do termo de aceitação da decisão de aprovação.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

O financiamento aprovado é o constante do **Quadro** abaixo discriminado:

MONTANTES APROVADOS	RUBRICAS	MONTANTE GLOBAL
	Adaptação de Instalações e Aquisição de Equipamentos	€ 5.000,00
	Despesas de Funcionamento	€ 1.257,66
	Comparticipação na Retribuição do Animador	€ 10.061,28
	TOTAL	€ 16.318,94

A Câmara Municipal tem competência para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, conforme previsto na alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Neste quadro, sugere-se que a Câmara Municipal:

1. Tome conhecimento da decisão de aprovação da candidatura N.º 107/GIP/2015;
2. Delibere sobre a aceitação do financiamento aprovado pelo IEFP, I.P., nas condições constantes do Termo de Aceitação da Decisão, que se Anexa.

À consideração superior,
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde
(Cristina Marta, Dra.)
2015.07.09

Foi tomado conhecimento. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aceitação do financiamento aprovado pelo IEFP, I.P. no valor de 16.318,94 euros. -----

Ponto 9. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- . Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel
- . Piscinas Municipais de Soure
- Pedido de Entrada Gratuita

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

Ponto 10. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

- . AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB
- . Ano Letivo 2015/2016

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- **PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**
- **PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB**
 - **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CEB**
 - **ANO LETIVO 2015/2016**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informe-se que:

De acordo com o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos (artigos 27º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo e Decreto Lei n.º 55/2009, de 2 de Março), o apoio a prestar em matéria de alimentação compreende a distribuição diária e gratuita de leite e o fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados e a promoção de ações no âmbito da educação e higiene alimentar (art.º 13 da Lei n.º 55/2009).

Encontra-se em curso a preparação do ano letivo 2015/2016, no que se refere às competências do Município, nomeadamente no que respeita ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB (enquadramento legal no Despacho n.º 22251/2005, de 30 de Setembro, publicado no Diário da República n.º 205, 2ª série, de 25 de Outubro e no Despacho n.º 18987/2009, de 6 de Agosto, publicado no Diário da República, n.º158, 2ª série, de 17 de Agosto).

Para o ano letivo de 2015/2016 estima-se o seguinte número de refeições diárias:

- Jardim Infância Alfarelos - 4
- Jardim Infância Degracias - 15
- Jardim Infância Figueiró do Campo - 13
- Jardim Infância Granja do Ulmeiro - 14
- Jardim Infância Marco - 7
- Jardim Infância Pouca Pena - 8
- Jardim de Infância dos Simões - 3
- Jardim Infância Sobral - 9
- Jardim Infância Soure - 38
- Jardim Infância Tapéus - 15
- Jardim Infância Vila Nova Anços - 16
- Jardim Infância Vinha Rainha - 19
- EB1 Alfarelos - 17
- EB1 Degracias - 29
- EB1 Figueiró do Campo - 31
- EB1 Gesteira - 5
- EB1 Granja Ulmeiro - 85
- EB1 Marco - 10
- EB1 Sobral - 49
- EB1 Soure - 125
- EB1 Tapéus - 27

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

- EB1 Vila Nova Anços - 40
- EB 1 Vinha da Rainha - 20

Estima-se ainda que o número previsto de pessoal a afetar para servir refeições seja:

- Jardim de Infância Granja do Ulmeiro e EB1 Granja do Ulmeiro - 2
- Jardim de Infância de Tapéus e EB1 de Tapéus - 1
- Jardim de Infância Vila Nova Anços e EB1 Vila Nova Anços - 1
- Jardim de Infância da Vinha da Rainha e EB1 da Vinha da Rainha - 2
- EB1 Alfarelos - 1

De acordo com Informação Jurídica em anexo, para que o Município continue a assegurar a prestação das refeições escolares, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º CEB, o Município de Soure deverá proceder de acordo com a ambiência legal aplicável, pelo que se sugere que se proceda em conformidade, nomeadamente:

1. Desencadear um procedimento de contratação pública, de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos, especificando o serviço pretendido e os estabelecimentos de ensino abrangidos.
2. Ou, em alternativa, ou de forma complementar, celebrar com as Juntas de Freguesia Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para a prestação do serviço de refeições escolares.
3. Celebrar um protocolo com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias, para o ano letivo 2015/2016, a exemplo de anos anteriores, visando a prestação do serviço de refeições escolares relativo aos Alunos da EB1 de Soure e Jardim de Infância de Soure.

À consideração superior,
A Coordenadora dos Serviços Educativos
(Sofia Valente, Dra.)
03.07.2015

e

Assunto: EDUCAÇÃO

SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

**Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB
- Ano Letivo 2015/2016**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

1. ENQUADRAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CEB

O Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos nos artigos 27º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O apoio a prestar em matéria de alimentação compreende a distribuição diária e gratuita de leite e o fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados e a promoção de ações no âmbito da educação e higiene alimentar, cfr. artigo 13º da Lei nº 55/2009.

Nos termos dos nºs 1 e 2 do art. 10º do atrás aludido diploma legal, o acesso aos benefícios decorrentes destes apoios bem como o seu carácter integral ou parcial, gratuito ou comparticipado, são determinados em função da situação dos alunos ou dos seus agregados familiares tendo em conta a respetiva condição socio-económica, determinada pelo escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

O preço das refeições a fornecer às crianças nos refeitórios escolares e as demais regras sobre o respetivo pagamento são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no Diário da República, após consulta à Associação Nacional dos Municípios Portugueses – vide nº 1 do art. 20º do Decreto-lei nº 55/2009.

No caso do custo médio das refeições fornecidas pelos refeitórios seja superior ao preço fixado nos termos daquele Despacho, os respetivos Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas recebem uma comparticipação de valor determinado pelo mesmo Despacho e suportado pelos Municípios ou pelas Direções Regionais da Educação, conforme o nível de ensino em causa.

A diferença entre o custo da refeição e o preço pago pelos utentes nos estabelecimentos de ensino em que o fornecimento de refeições esteja concessionado a empresas de restauração coletiva é suportado pelos Municípios ou pelas Direções Regionais da Educação, conforme se trate de alunos respetivamente do ensino básico ou do ensino secundário.

O artigo 21º estabelece que o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico visa garantir o acesso às refeições escolares de todos os alunos que frequentam.

O regime de acesso ao apoio financeiro a conceder aos Municípios pelo Ministério da Educação, no âmbito deste Programa, consta de Regulamento, e é fixado anualmente por Despacho do responsável pelo sector da educação.

Sobre o acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, para o ano escolar de 2014-2015, o mesmo foi previsto no Anexo V ao despacho nº 18987/2009, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, publicado no Diário da República 2ª série, nº 158, de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelos despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro, 12284/2011, de 19 de setembro, 11886-A/2012, de 6 de setembro, 11861/2013, de 12 de setembro e 11306-D/2014, de 8 de setembro.

Assim, ao longo dos últimos anos letivos, de acordo com a ambiência legal atrás referida, tem-se vindo a manter o preço a pagar pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico, isto é, 1,46€ por refeição para o terceiro e restantes escalões de abono (*com exceção dos primeiro e segundo*), 0,73€ para o segundo escalão e isenção de pagamento para o primeiro escalão.

O Município de Soure no Ano Letivo de 2014/2015, para assegurar a prestação do Serviço de Refeições Escolares, adotou um sistema misto, em que recorreu a procedimentos de contratação pública com algumas entidades, celebrou contratos interadministrativos de delegação desta competência com as freguesias de Alfarelos, Degraças / Pombalinho, Samuel, Tapéus e Vinha da Rainha, e estabeleceu um Protocolo com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias.

2. PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

Estando em curso a preparação para o ano letivo de 2015/2016, e no seguimento de reuniões com a DGESTE torna-se premente desencadear os procedimentos administrativos por parte do Município visando assegurar a prestação daquele Serviço de acordo com a ambiência legal aplicável, e nos termos previstos na Plataforma Eletrónica utilizada para a implementação do Programa.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

2.1 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Para que o Município continue a assegurar a prestação das refeições escolares, no âmbito daquele programa, a mesma terá de obedecer aos requisitos da Contratação Pública regulamentada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de Outubro.

Este diploma legal prevê nos artigos 4º e 5º os contratos e a contratação excluídos do âmbito da Contratação Pública, ora, não estando tipificados nestas exceções o fornecimento de refeições escolares pretendido, estamos perante um contrato misto de fornecimento de bens e serviços, e assim, a contratação deste fornecimento integra-se claramente no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. por aplicação *à contrarium* dos seus artigos 4º e 5º.

No que diz respeito à escolha do procedimento em concreto para a aquisição do fornecimento de refeições escolares, o mesmo terá de ter em conta o seu valor, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, neste caso, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cfr. al. a) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.

2.1.1 COMPETÊNCIA PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO

A competência referida do ponto anterior, em função do valor estimado, terá de ser conjugada com o âmbito temporal da realização da despesa, ou seja, teremos de ter em conta que o fornecimento de refeições escolares abrangerá um ano letivo, ou seja, parte de dois anos civis e, portanto, estamos perante a assunção de um “*compromisso plurianual*”, que se define como aquele que constitui a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

As regras aplicáveis à assunção de compromissos nas Autarquias estão previstas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, prevendo no seu artigo 6º, nº 1, alínea c), que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Também a este respeito, o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, contempla as regras disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, estabelecendo que para efeitos da aplicação da norma atrás aludida a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Assembleia Municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano – *vide artigo 12º*.

As Grandes Opções do Plano do ano 2015 preveem no projeto 93 ações no âmbito da ação social onde se enquadra o serviço de refeições escolares, sendo que no caso de a despesa não estar prevista para os anos económicos seguintes, a mesma carecerá de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6º, nº 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.

Contudo, a Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de junho de 2015 emitiu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de projetos, ações ou outros de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, bem como de projetos, ações ou de outra natureza criados no âmbito de revisões orçamentais aprovadas pela Assembleia Municipal.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Ora, estando o projeto previsto nas Grandes Opções do Plano, a Câmara Municipal pode, ao abrigo daquela autorização prévia genérica e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, assumir compromissos plurianuais.

Deverá ser presente à Assembleia Municipal, em todas as sessões ordinárias, uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica deliberada em 30.06.2015.

2.2 CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

À Câmara Municipal compete “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos previstos na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, no Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto e posteriores alterações.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, surgiu um novo regime das Autarquias Locais, estabelecendo, também, o novo regime jurídico das transferências de competências dos Municípios para as Freguesias.

A descentralização de competências municipais nas juntas de freguesia ocorre por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).

A lei prevê dois tipos de delegações: a delegação “*tradicional*”, que se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos; as delegações legais que se concretizam através dos acordos de execução.

A competência atrás aludida poderá ser transferida para as freguesias, sendo a sua concretização efetuada através de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, previsto no artigo 120.º, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Face ao atrás exposto, a Câmara Municipal, poderá, no uso da competência prevista na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciar propostas de Contratos de Delegação de Competências, e submetê-las, nos termos disposto na alínea m) do n.º 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração dos respetivos contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Releve-se que estes Contratos de Delegação de Competências terão de ser, também, objeto de deliberação por parte dos órgãos executivo e deliberativo das freguesias que o subscreverão, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª e alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma legal.

2.3 PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTINHO ÀRIAS

Conforme o referido no enquadramento geral do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB a prestação do serviço de refeições escolares aos alunos da Escola do 1º CEB de Soure tem vindo a ser assegurada pelo estabelecimento de um Protocolo entre o

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Município de Soure e o Agrupamento de Escolas Martinho Árias, que desencadeia o procedimento de contratação pública.

Sobre esta matéria dispõe o nº 2 do artigo 3º do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que “os municípios podem realizar parcerias com agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (...)”, acrescentando o nº 3 que “ao termos das parcerias a que se refere o número anterior são fixados em protocolo a celebrar com as entidades em causa e deverão identificar: o número de alunos a abranger; o horário das refeições; o compromisso de que a refeição a fornecer cumpre requisitos de qualidade; o local de fornecimento das refeições; o equipamento e meios usados no fornecimento das refeições”.

Assim, e dado que o Agrupamento de Escolas assegura a realização do procedimento da contratação pública para a aquisição do fornecimento, poderá ser subscrito para o próximo ano letivo um protocolo entre o município e o agrupamento nos moldes dos anos anteriores.

As Grandes Opções do Plano do ano 2015 preveem no projeto 93 a possibilidade da celebração deste Protocolo, sendo que no caso de a despesa não estar prevista para os anos económicos seguintes, a mesma carecerá de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6º, nº 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.

Contudo, a Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de junho de 2015 emitiu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, ora, estando o projeto previsto nas Grandes Opções do Plano, a Câmara Municipal pode, ao abrigo daquela autorização prévia genérica e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, assumir compromissos plurianuais.

CONCLUSÃO

Face ao atrás exposto, o Município de Soure, ao preparar o próximo ano letivo, no que respeita ao fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB terá de, de acordo com a ambiência legal aplicável:

- 1. Desencadear um procedimentos de contratação pública, de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos, especificando o serviço pretendido e os estabelecimentos de ensino abrangidos.**
- 2. Ou, em alternativa ou de forma complementar, celebrar com as Juntas de Freguesia Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para a prestação do serviço de refeições escolares, obedecendo à forma prevista no ponto 2.2 da presente informação.**
- 3. Celebrar um Protocolo com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias, para o Ano Letivo 2015/2016, a exemplo de anos anteriores, visando a prestação do serviço de refeições escolares relativo aos alunos da Escola do 1º CEB de Soure, cumprindo os requisitos previstos no ponto 2.3 da presente informação.**

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
01-07-2015

A Senhora Vereadora Nádja Gouveia referiu que: “este ponto refere-se à contratação do serviço de refeições para o próximo ano letivo 2015/2016. A

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

informação técnica dos serviços educativos, bem como a informação jurídica, apresentam três pontos: o 10.1. tem a ver com o procedimento prévio de contratação do serviço, nos termos do Código dos Contratos Públicos, integrando, naturalmente, o convite às diferentes entidades e o respetivo caderno de encargos, feito à semelhança do ano letivo que agora terminou; o ponto 10.2. é relativo à delegação desta competência nas Juntas de Freguesia, designadamente com as Juntas de Freguesia da Granja do Ulmeiro, Alfarelos, Samuel, Tapéus e Vinha da Rainha...e o ponto 10.3. é o habitual Protocolo com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure nos termos da legislação em vigor.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “partindo do princípio do grande apreço pessoal que tenho pela pessoa em causa, que é o Dr. Gil Soares, pessoa inatacável em termos profissionais e em termos jurídicos, confesso que não sei se um processo desta natureza deve ser remetido para a Senhora Vereadora pelo Adjunto do Presidente. O Adjunto do Presidente, salvo melhor opinião, é um cargo de confiança política, e portanto, nós estamos a tratar de um assunto com uma importância que ultrapassa essa dimensão. Portanto, permitia-me só refletir se, naturalmente, este é o caminho certo e se informações desta natureza não devem ir ao cuidado da Senhora Vereadora, proferidas ou emitidas pelos serviços competentes da Câmara Municipal e não por adjunto do Presidente. Termino como comecei, ou seja, nunca quero deixar de salientar a idoneidade de procedimentos e a lisura do Senhor Adjunto do Presidente, pessoa por quem tenho o maior respeito e consideração.

Segundo aspeto. Analisados os contratos que vão ser colocados à nossa consideração, entendo que a solução encontrada pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vereadora é, do meu ponto de vista, uma solução que satisfaz a todos. Acho que as Juntas de Freguesia estão no terreno e podem ser aquelas instituições públicas que poderão estar no socorro à resolução de um problema. Portanto, parece-me que estes contratos, na globalidade, são de considerar e de apoiar. Agora há duas questões que gostaria de colocar à consideração. Será legítimo que nos diferentes contratos que vamos estabelecer com as Juntas de Freguesia, cada uma delas faça preços diferentes para o mesmo tipo de serviços? Certamente, haverá uma justificação para isso.

Outro aspeto. Consultei a legislação mas não encontro nas competências das Juntas de Freguesia, nenhuma que lhes permita confeccionar refeições. Este é um problema que acho que devemos ponderar, porque pode haver outra terminologia que possamos utilizar para este mesmo serviço a prestar pelas nossas Juntas, porque a

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

legislação é muito específica nessa matéria. Há aqui uma solução que poderá ser a adequada para resolver este problema, porque se não estamos a incorrer numa situação que pode ser gravosa para nós e para as Juntas de Freguesia. O que diz a Lei é que às Juntas de Freguesia “*compete apoiar ou participar pelos meios adequados no apoio a atividades de interesse da freguesia de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra*”. Aqui podemos dar uma nova redação que permita que ninguém saia mal na fotografia. Para todos os efeitos estamos a outorgar a uma Junta de Freguesia um procedimento que ela não pode fazer, que é confeccionar refeições, por isso as minhas dúvidas. O que nós queremos é que isto se concretize e que este processo tenha o seu caminho. De qualquer maneira não deixo de colocar aqui estas questões que, naturalmente os meus colegas e o Senhor Presidente encontrarão uma resposta para elas.”

O Senhor Presidente referiu que: “primeiro, em termos de funcionamento do Município e da equipa que tem a responsabilidade, a tempo inteiro e em regime de permanência liderar os destinos do Município, a minha delegação de competências na Senhora Vereadora Dra. Nádia Gouveia é uma delegação de competências total, tal como está também delegada no Senhor Vice-Presidente. Logo no início do Mandato, deleguei todas as minhas competências na Senhora Vereadora e Subdeleguei aquelas que me foram delegadas, quer por este Executivo, quer pela Assembleia Municipal. Temos uma equipa, embora tenha sido aprovado, por esta Câmara Municipal, a possibilidade de ir até quatro Vereadores a Tempo Inteiro, temos funcionado apenas com um, com sacrifício pessoal meu, mas isso é uma iniciativa própria, e também com o sacrifício da Senhora Vereadora e do resto do staff político onde se inclui também a pessoa do Dr. Gil Soares que, por despacho meu, previsto na lei, exerce o cargo político de adjunto, mas acumula com as suas funções técnico-funcionais enquanto funcionário da Câmara. Só tem uma remuneração, só tem um estatuto remuneratório, só tem um estatuto disciplinar, mas tendo em conta os deveres de funcionário que a lei lhe confere, acumula também com funções jurídicas e administrativas, numa tentativa que nos tem saído bem. É reconhecido publicamente e politicamente da boa gestão do Município com uma equipa pequena, com três lugares de chefia em aberto, dos cinco apenas dois foram ocupados, o Chefe de Divisão de Obras Públicas e o Chefe de Divisão da Gestão Urbanística e Planeamento. Os resultados estão à vista de todos. A Senhora Vereadora tem-se dedicado mais às questões da Educação, tem sido a interlocutora do Município, quer com as Autoridades, quer com os parceiros. Este assunto que é de índole administrativa ou financeira e da área da educação, mais à vontade me

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

senti para que a Senhora Vereadora conduzisse esta matéria e assumir aqui as propostas que estão devidamente fundamentadas.

Espero que o Senhor Adjunto e outros membros do Município, quer sejam técnicos superiores e como tem acontecido em propostas anteriores, quer seja o Senhor Chefe de Gabinete, que também já fez propostas e que são para apreciação do Executivo, que estão na esfera da sua área de atuação e previstas na lei, podem apresentar e até trazerem propostas a este Executivo, depois de canceladas por um Vereador ou o Presidente.

Sobre a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, são delegações, não são acordos de execução, nem faz parte do âmbito social da Junta de Freguesia, nem se espera que vá confeccionar refeições. A lei não diz, no objeto social, que o Município deve confeccionar refeições, somos é responsáveis por uma área no âmbito da Educação, temos e assumimos a responsabilidade de distribuir refeições escolares a todos os alunos do Concelho do 1.º Ciclo e dos Jardins de Infância. Para chegarmos a esse objetivo há diversas formas que estão aqui previstas para o Concelho de Soure. Tem funcionado assim nos últimos tempos, ou seja, funcionou assim no último ano, e propomos que assim continue. A primeira forma de chegarmos a esse objetivo é ir à contratação pública e contratar empresas para prestarem um determinado serviço e os serviços não são todos iguais. Se ler bem os cadernos de encargos, se conhecesse bem o Concelho, as suas IPSS e as suas Escolas, os serviços não são todos iguais, há locais onde é preciso transportar a comida para o local onde ela é servida, há locais onde é preciso transportar as pessoas para o sítio onde é servida a refeição, há locais onde os recursos humanos existentes não são suficientes na hora de almoço para dar a refeição às crianças, portanto, é preciso também reforça-los porque estamos a falar de crianças de Jardins de Infância. O acompanhamento diferenciado nos acordos de execução de delegação de competências interadministrativas, não são todos iguais.

Porque é que são umas Freguesias e não outras? Tem a ver também com a diversidade dos serviços e das suas necessidades, estamos a falar das Freguesias mais periféricas, estamos a falar de serviços diferenciados, estamos a falar da própria diferença entre alunos em cada estabelecimento de ensino e estamos a falar da disponibilidade que umas Juntas de Freguesia têm que outras não têm para esta matéria. A própria lei 75/2013 incentiva estas delegações de competência e até a existência de contratos de execução e contratos interadministrativos, por isso, estamos a dar aqui seguimento à lei... É uma delegação de competências prevista na lei, não são tarefas de execução delegadas, são competências delegadas e o procedimento está correto.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

A terceira hipótese era um Protocolo com o Agrupamento de Escolas, ou seja, com o próprio Estado, por isso passa à margem das regras da contratação pública. Portanto, quando se faz um contrato de uma outra entidade pública não é usado o Código da Contratação Pública, é usada a figura do Protocolo entre dois organismos da Administração.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Presidente falou com algumas indiretas pelo meio, totalmente descabidas, tendo em linha de conta o enquadramento que estamos a dar de cortesia, porque o que nós queremos é que isto se cumpra nos termos corretos. Acho que não levará a mal que eu coloque algumas questões em benefício de nós todos. O Senhor Presidente não respondeu a nenhuma das questões que eu coloquei, nomeadamente em relação a informações desta natureza serem assinadas pelo Senhor Adjunto do Presidente, não percebi a sua resposta.”

O Senhor Presidente referiu que: “disse-lhe que o Senhor Adjunto do Presidente, Dr. Gil Soares, tem por despacho meu, previsto na lei, acumulação de funções técnicas. Disse-lhe que, quer o Senhor Adjunto do Presidente, quer o Senhor Chefe de Gabinete, Américo Nogueira, como membro do Gabinete de Apoio à Presidência, podem produzir todo o tipo de informações que terão o tratamento que acharmos adequado. A informação que o Senhor Adjunto Presidente forneceu sobre esta matéria foi encaminhada, e bem, à Senhora Vereadora Dra. Nádia Gouveia que, tem toda a legitimidade e delegação de competências para trazer aqui os assuntos que achar pertinente. A proposta da Senhora Vereadora veio à reunião de Câmara porque tem delegação de competência para isso, portanto, está mais do que respondido.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o procedimento da Senhora Vereadora é absolutamente correto, portanto, eu nunca falei nisso. Já estou mais esclarecido, as delegações de competência que o Senhor Presidente deu no seu Adjunto são claras na maneira como as aponta, portanto, a partir do momento que diz isso, por mim o assunto está resolvido.

Quanto à explicação do preço das refeições já a percebi. Escusava, assim, de fazer a introdução e as indiretas que fez. A única informação que temos é esta, coloquei-lhe uma questão, o Senhor Presidente responde à questão se quiser, mas responde de forma educada como eu a fiz.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Última questão. Em relação ao Protocolado continuo com dúvidas. Aquilo que me atrevi a dizer foi que, porventura, no âmbito da cláusula seis, para que não haja problemas em relação a um documento que está a ser assinado entre a Câmara Municipal que não tem competências nesta matéria, portanto, a Câmara Municipal não tem competências na confeção de alimentos, as Juntas de Freguesia também não, portanto, nós estamos a “concessionar” um serviço que não o podemos fazer e a Junta de Freguesia vai recebe-lo e não o pode cumprir. Nós queremos é resolver este problema da Câmara e queremos resolve-lo pelas Juntas de Freguesia e nisso todos estamos de acordo. Não sei se valeria a pena, no caso da cláusula sexta, em vez de estar confeção, transporte e distribuição de refeições escolares, colocarmos produção, transporte e distribuição de refeições escolares, porque a produção pode ter um âmbito mais vasto que a confeção. De qualquer maneira, só para que não restem dúvidas, nós votaremos favoravelmente este ponto. Todos temos a noção que não é a Junta de Freguesia que vai confeccionar os almoços, vai pedir certamente a uma IPSS local que o faça. Também é claro para mim que toda a documentação que sai deste Executivo para fora tem que ser correta. Agora se o Senhor Presidente assume que é claramente correto, foi visto juridicamente, portanto, podemos votar isto sem qualquer problema, nós votaremos sem qualquer problema.”

O Senhor Presidente referiu que: “primeiro, não fiz nenhuma indireta, embora percebi que poderá ter entendido quando eu disse se conhecesse bem o funcionamento destas coisas, certamente não acharia que era uma indireta e não estaria a repisar este assunto. Obviamente que há aqui duas coisas que o Senhor Vereador tem que distinguir, uma coisa são as atribuições e competências de uma Autarquia Local, seja Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, e as delegações de competências que podemos nelas delegar. Para se constatar e para nos elucidarmos e bem do que é que estamos aqui fazer, também não haja dúvidas que o Município de Soure, se quisesse, podia ter uma cozinha montada, ter um serviço de confeção e distribuição de refeições. Há muitos Municípios neste país que têm as cantinas municipais a funcionar e prestam serviços de cantina. Há muitas Juntas de Freguesia neste país que assumiram estas funções e que são elas que produzem as próprias refeições. Obviamente que o licenciamento para essa atividade compete a outras entidades ou mesmo que seja a Câmara Municipal no exercício das suas outras funções na matéria de confeções da área de atividade. Aqui estamos a falar, de facto, de uma delegação de competências, mas administrativa, é uma competência da lei que temos a responsabilidade de disponibilizar e fornecer as refeições. O modo como o fazemos é outra “conversa”. Não tem que estar aqui no Protocolo, nem o

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Estado está preocupado em que modos é que o vamos fazer, temos é que o fazer de acordo com a lei. Nós não temos a prática, no Município, nem se deslumbra que seja útil sermos nós a produzir e a distribuir as refeições, como tal, contratamos. Contratámos por protocolo com as IPSS no ano passado e iniciámos este ano de 2015 com algumas delegações de competência num contrato interadministrativo. Quando se delega a competência, delegasse a tarefa e a responsabilidade de fazer bem essa tarefa de acordo com a lei.

Portanto, não houve da minha parte qualquer indireta. O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa se leu, e pelos vistos leu bem e deteta diferenças de preço, há diferenças de preço porque há diferença de serviços. As Juntas de Freguesia que estão a disponibilizar-se para assinar este contrato interadministrativo connosco avaliaram, certamente, o serviço que lhe está a ser pedido. Agora há Juntas de Freguesia onde é pedido confeção da refeição, distribuição da refeição, servir as refeições às crianças no espaço do refeitório, recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições e damos logo qual é a previsão do número de alunos para se ter uma perspetiva daquilo que é a dimensão de cada “negócio” desta delegação de competências.

Segundo a Lei 75/2013, todos os Vereadores podem fazer propostas para a reunião de Câmara, independentemente de serem da oposição ou não. Portanto, a Senhora Vereadora fez um conjunto de propostas para o qual tem a cobertura e aconselha-se tecnicamente, seja no adjunto ou num outro agente do Município.

A delegação de competências e os contratos estão feitos de acordo com a lei, é um estatuto de contrato interadministrativo. Há Juntas de Freguesia que se sentem motivadas e que se sentem com capacidade para receber esta competência.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádia Gouveia referiu que: “àquilo que já foi dito pelo Senhor Presidente, acrescentar, algumas considerações: referir que continuarei a solicitar a informação que entender necessária ao Dr. Gil Soares, quer ele seja assessor, chefe de gabinete, ou jurista da Câmara Municipal... porque ele está cá para isso mesmo... para prestar informações e desempenhar as suas funções. Aliás, até estamos a poupar recursos financeiros, com esta acumulação de funções... tenho confiança no seu trabalho, logo continuarei, naturalmente, a pedir as informações que entender.

Quanto à outra questão que colocou, e à semelhança daquilo que tem vindo a ser feito em anos anteriores, politicamente a nossa aposta tem sido defender a economia local e o emprego, porque como saberá tudo isto envolve IPSS, Juntas de Freguesia e acima de tudo Pessoas... Pessoas que desempenham vários tipo de

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

serviços, tal como o acompanhamento do serviço de refeições... daí a diferença. Naturalmente este é o nosso entendimento político, e a meu ver trata-se de uma proposta bem sustentada tecnicamente pelos serviços.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “termino este assunto dizendo que reitero aquilo que disse a Senhora Vereadora Dra. Nádia Gouveia em relação ao Dr. Gil Soares, foi por aí que comecei, dizendo que é inatacável em termos profissionais, em termos jurídicos, em termos pessoais, nada contra. Em relação ao preço das refeições estou devidamente esclarecido. Em relação ao Protocolo assinado, com uma dúvida de fundo que mantenho em relação a esse problema mas, de qualquer maneira, em relação ao resto, que é o que interessa, por nós é um Protocolo a aprovar.”

**10.1. Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB
- Escolha do Procedimento Prévio**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR / SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
▪ **PROGRAMA DE EXPENSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**
▪ **PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB**
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CEB**
▪ **PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 59.517,16 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências da Câmara Municipal, cf. alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho, e nos termos da autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de Junho de 2015.

O presente encargo está previsto no Orçamento pela rubrica 02.03.02.01.05 e trata-se de acção inscrita nas Grandes Opções do Plano com a classificação 03.001 2015/93-3.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- APPACDM de Soure;
- Casa do Povo de Vila Nova de Anços;
- Centro Social das Malhadas;
- Centro Social de Alfarelos;
- Fundação Maria Luísa Ruas.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr.;
- Sofia Valente, Dra.;
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
08/07/2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Os Senhores Vereadores, Dr. Santos Mota e Dra. Márcia Travassos, ausentaram-se da sala não tendo participado na votação. -----

10.2. Fornecimento de Refeições Escolares

- Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO

- **Fornecimento de Refeições Escolares**
- .Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia**
- . Alfarelos / Granja do Ulmeiro / Samuel / Tapéus / / Vinha da Rainha**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

À Câmara Municipal compete “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a **alimentação**, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos previstos na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Com a entrada em vigor da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, surgiu um novo regime das autarquias locais, estabelecendo, também, o novo regime jurídico das transferências de competências dos municípios para as freguesias.

A descentralização de competências municipais nas juntas de freguesia ocorre por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).

A lei prevê dois tipos de delegações: a delegação “tradicional”, que se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos; as delegações legais que se concretizam através dos acordos de execução.

Conforme atrás referido compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, “***Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação (...)***”.

A competência atrás aludida poderá ser transferida para as freguesias, sendo a sua concretização efetuada através de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, previsto no artigo 120º., podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Face ao atrás exposto, propomos que:

A Câmara Municipal, deverá, no uso da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apreciar as Propostas de Contratos de Delegação de Competências, em Anexo, e submetê-las, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração dos respetivos contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Releve-se que estas propostas de celebração de Contratos de Delegação de Competências terá de ser, também, objeto de deliberação por parte dos órgãos executivo e deliberativo das freguesias que o subscreverem, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª e alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma legal.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
08-07-2015

10.2.1. - Alfarelos

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ALFARELOS

Pressupostos

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º. Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que o contrato interadministrativo anterior, sobre esta delegação, aprovado pela Assembleia de Freguesia de Alfarelos em 9 de dezembro de 2014 e pela Assembleia Municipal de Soure em 23 de dezembro de 2014, tinha como período de vigência o Ano Letivo 2014/2015, tendo por isso caducado em junho passado;
- Que compete à Câmara Municipal “***Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes***”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

- A avaliação relativamente à execução dos contratos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure se revela francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Alfarelos**, enquanto órgão da Freguesia de Alfarelos, NIPC 506857565, com sede na Rua Virgílio Pinheiro, n.º 1, em Alfarelos, representada pela sua Presidente Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como Segunda Outorgante, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Alfarelos, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB na freguesia de Alfarelos.

Cláusula 2.ª

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* O respetivo clausulado;
 - b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
- a)* O Código dos Contratos Públicos;
 - b)* O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal.

**CAPÍTULO II
(Objeto do Contrato)**

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

**Cláusula 6ª
(a forma de cumprimento do objeto do contrato)**

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e 1º CEB de Alfarelos.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;
 - c) Servir as refeições às crianças no espaço do refeitório;
 - d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.
- 3- A previsão de alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, para o Ano Letivo de 2015 / 2016 é de vinte e um (21).

**CAPÍTULO III
Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos**

**Cláusula 7.ª
Recursos Financeiros e modo de afetação**

- 1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de **€2,80**, valor calculado em função do serviço contratado no último Ano Letivo.
- 2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

**Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais**

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 9.ª
Recursos Humanos**

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

- c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª

Verificação dos mapas mensais

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

Cláusula 13.ª

Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O contrato pode ainda ser modificado no início dos Anos Letivos subsequentes, em função do número de alunos inscritos.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

3. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verificar:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 18.ª
Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 19.ª
Caducidade**

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Alfarelos de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Alfarelos em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, .. de de 2015

PELO MUNICÍPIO DE SOURE
O Presidente da Câmara Municipal

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE ALFARELOS
A Presidente da Junta de Freguesia

(Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alfarelos, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. -----

10.2.2. - Granja do Ulmeiro

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO**

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º. Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que compete à Câmara Municipal “***Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes***”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- A avaliação relativamente à execução dos contratos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure se revela francamente positiva.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro**, enquanto órgão da Freguesia de Granja do Ulmeiro, NIPC 506998878, com sede na Rua das Escolas, nº 5, em Granja do Ulmeiro, representada pelo seu Presidente Manuel Branco Aires, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 1ª
Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB na freguesia de Granja do Ulmeiro.

**Cláusula 2.ª
Forma do contrato**

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

**Cláusula 3.ª
Disposições e cláusulas por que se rege o contrato**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* O respetivo clausulado;
- b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a)* O Código dos Contratos Públicos;
- b)* O Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 4.ª
Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal.

**CAPÍTULO II
(Objeto do Contrato)**

**Cláusula 5.ª
(definição do objeto do contrato)**

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

**Cláusula 6ª
(a forma de cumprimento do objeto do contrato)**

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e 1º CEB de Granja do Ulmeiro.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;
 - c) Servir as refeições às crianças no espaço do refeitório;
 - d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.
- 3- A previsão de alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, para o Ano Letivo de 2015 / 2016 é de noventa e nove (99).

**CAPÍTULO III
Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos**

**Cláusula 7.ª
Recursos Financeiros e modo de afetação**

- 1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de **€2,25**, valor calculado em função do serviço contratado no último Ano Letivo.
- 2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

**Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais**

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 9.ª
Recursos Humanos**

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

- b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
- c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
- d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
- e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.

2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

- 1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
- 2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª

Verificação dos mapas mensais

- 1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
- 2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

Cláusula 13.ª

Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

- 1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
- 2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Modificação do contrato

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O contrato pode ainda ser modificado no início dos Anos Letivos subsequentes, em função do número de alunos inscritos.
3. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 17.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 18.ª
Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

**Cláusula 19.ª
Caducidade**

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

**Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª
Foro competente**

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 22.ª
Entrada em vigor**

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

**Cláusula 23.ª
Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Granja do Ulmeiro em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, .. de de 2015

PELO MUNICÍPIO DE SOURE
O Presidente da Câmara Municipal

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

PELA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO
O Presidente da Junta de Freguesia

(Manuel Branco Aires)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. —

10.2.3. - Samuel

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
FREGUESIA DE SAMUEL**

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º. Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

- Que o contrato interadministrativo anterior, sobre esta delegação, aprovado pela Assembleia de Freguesia de Samuel em 22 de dezembro de 2014 e pela Assembleia Municipal de Soure em 23 de dezembro de 2014, tinha como período de vigência o Ano Letivo 2014 / 2015, tendo por isso caducado em junho passado;

- Que compete à Câmara Municipal “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;

- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

- A avaliação relativamente à execução dos contratos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure se revela francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia Samuel**, enquanto órgão da Freguesia de Samuel, NIPC 507076036, com sede na Rua Duques de Aveiro, n.º 25, Samuel, representada pela sua Presidente Teresa Margarida Vaz Pedrosa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Samuel, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Samuel.

Cláusula 2.ª Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
 - a) O Código dos Contratos Públicos;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO II

(Objeto do Contrato)

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 6ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância do Marco e Centro Escolar da Freguesia de Samuel.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;
- 3- A previsão de alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, para o Ano Letivo 2015 / 2016 é de dezassete (17).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

- 1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de **€1,85**, valor calculado em função do serviço contratado no último Ano Letivo.
- 2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

Cláusula 8.ª

Recursos Patrimoniais

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª

Recursos Humanos

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 10.ª

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
 - c) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
 - d) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.
- 2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 12.ª

Verificação dos mapas mensais

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

Cláusula 13.ª

Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO**

Cláusula 15.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O contrato pode ainda ser modificado no início dos Anos Letivos subsequentes, em função do número de alunos inscritos.
3. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.ª

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.ª

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

Caducidade

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Samuel de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Samuel em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, .. de de 2015

PELO MUNICÍPIO DE SOURE
O Presidente da Câmara Municipal

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

PELA FREGUESIA DE SAMUEL
A Presidente da Junta de Freguesia

(Teresa Margarida Vaz Pedrosa)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Samuel, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. -----

10.2.4. - Tapéus

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
FREGUESIA DE TAPÉUS**

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º. Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que o contrato interadministrativo anterior, sobre esta delegação, aprovado pela Assembleia de Freguesia de Tapéus em 27 de dezembro de 2014 e pela Assembleia Municipal de Soure em 23 de

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

dezembro de 2014, tinha como período de vigência o Ano Letivo 2014/2015, tendo por isso caducado em junho passado;

- Que compete à Câmara Municipal “*Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes*”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;

- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;

- A avaliação relativamente à execução dos contratos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure se revela francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia Tapéus**, enquanto órgão da Freguesia de Tapéus, NIPC 507718135, com sede na Rua Principal, em Tapéus, representada pelo seu Presidente Carlos Mendes Simões, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Tapéus, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Tapéus.

Cláusula 2.ª

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
 - a) O Código dos Contratos Públicos;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO II

(Objeto do Contrato)

Cláusula 5.ª

(definição do objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Cláusula 6.ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Tapéus.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;
 - c) Servir as refeições às crianças em espaço apropriado;
 - d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.
- 3- A previsão de alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, para o Ano Letivo 2015 / 2016 é de quarenta e dois (42).

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

- 1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de **€2,31**, valor calculado em função do serviço contratado no primeiro período do ano letivo.
- 2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

**Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais**

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 9.ª
Recursos Humanos**

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

**Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
 - a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
 - c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
 - d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
 - e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.
- 2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

**Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante**

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.
2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais**

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

**Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências**

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O contrato pode ainda ser modificado no início dos Anos Letivos subsequentes, em função do número de alunos inscritos.
3. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.ª

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Cláusula 18.ª

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

Caducidade

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 23.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Tapéus de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Freguesia de Tapéus em, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, de de 2015

PELO MUNICÍPIO DE SOURE
O Presidente da Câmara Municipal

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE TAPÉUS
O Presidente da Junta de Freguesia

(Carlos Mendes Simões)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Tapéus, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. -----

10.2.5. - Vinha da Rainha

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA**

Pressupostos

Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º. Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no art.º 267º/2 da Constituição da República Portuguesa;
- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências;
- Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º, dispõe de atribuições no domínio da educação;
- Que o contrato interadministrativo anterior, sobre esta delegação, aprovado pela Assembleia de Freguesia de Vinha da Rainha em 12 de dezembro de 2014 e pela Assembleia Municipal de Soure em 23 de dezembro de 2014, tinha como período de vigência o Ano Letivo 2014/2015, tendo por isso caducado em junho passado;
- Que compete à Câmara Municipal “***Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes***”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, igualmente do Ministério da Educação.

Considerando ainda que:

- Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que todos os dias as Autarquias Locais são confrontadas;
- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Soure garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- A avaliação relativamente à execução dos contratos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Soure se revela francamente positiva.

Entre a **Câmara Municipal de Soure**, enquanto órgão do Município de Soure, NIPC 507103742, com sede na Praça da República, em Soure, representada pelo seu Presidente, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **como Primeira Outorgante**, e a **Junta de Freguesia de Vinha da Rainha**, enquanto órgão da Freguesia de Vinha da Rainha, NIPC 507074920, com sede na Rua Principal, n.º 32, em Vinha da Rainha, representada pelo seu Presidente Evaristo Mendes Duarte, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, **como Segunda Outorgante**, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

**Cláusula 1ª
Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Soure na Junta de Freguesia de Vinha da Rainha, em matéria de Serviço de Apoio à Família – Serviço de confeção, transporte e distribuição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB da freguesia de Vinha da Rainha.

**Cláusula 2.ª
Forma do contrato**

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

**Cláusula 3.ª
Disposições e cláusulas por que se rege o contrato**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado;
 - b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.
2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:
 - a) O Código dos Contratos Públicos;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 4.ª
Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal.

**CAPÍTULO II
(Objeto do Contrato)**

**Cláusula 5.ª
(definição do objeto do contrato)**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

**Cláusula 6ª
(a forma de cumprimento do objeto do contrato)**

O serviço a efetuar, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, concretiza-se do seguinte modo:

- 1- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e 1º CEB de Vinha da Rainha.
- 2- A prestação de serviços, que constitui o objeto do presente contrato, prevê as seguintes tarefas:
 - a) Confeção das refeições;
 - b) Distribuição das refeições;
 - c) Servir as refeições às crianças em espaço apropriado;

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

- d) Recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições.
- 3- A previsão de alunos inscritos nos estabelecimentos escolares, objeto deste contrato, para o Ano Letivo 2015 / 2016 é de trinta e nove (39).

CAPÍTULO III
Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 7.ª
Recursos Financeiros e modo de afetação

- 1- A primeira outorgante, sempre que o serviço, previsto na cláusula anterior, for prestado pela segunda outorgante, assegurará o pagamento de um valor por refeição, até ao limite máximo de **€2,84**, valor calculado em função do serviço contratado no último Ano Letivo.
- 2- Os recursos financeiros identificados no ponto anterior são disponibilizados pela primeira outorgante e transferidos para a segunda outorgante mensalmente, até ao limite máximo anual previsto no orçamento do Município.

Cláusula 8.ª
Recursos Patrimoniais

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª
Recursos Humanos

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 10.ª
Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante fica obrigada a:
- a) Proceder ao serviço de confeção e distribuição das refeições em boas condições higieno-sanitárias;
 - b) Proceder ao fornecimento das refeições todos os dias úteis, até às 12.00 horas, conforme o calendário escolar, sendo o horário das refeições entre as 12.00 e as 14.00 horas;
 - c) Assegurar a recolha no refeitório da louça e das respetivas malas térmicas de transporte das refeições;
 - d) Assegurar a existência e manutenção em vigor de apólices de seguro que garantam a cobertura dos riscos associados ao presente contrato;
 - e) Entregar à primeira outorgante os mapas mensais previstos no artigo seguinte.
- 2- As refeições deverão ser equilibradas e cumprir com os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a Circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013, de 2 de Agosto.

Cláusula 11.ª
Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela segunda outorgante mapas mensais comprovativos do serviço prestado, designadamente com menção aos alunos abrangidos, refeições servidas e respetivas datas.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

2. A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

**Cláusula 12.ª
Verificação dos mapas mensais**

1. Os mapas mensais referidos no n.º 1 da cláusula anterior deverão ser remetidos para a primeira outorgante nos 15 dias do mês seguinte à prestação do serviço.
2. Os mapas a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação e validação da primeira outorgante.

**Cláusula 13.ª
Ocorrências e emergências**

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 14.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula 15.ª
Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O contrato pode ainda ser modificado no início dos Anos Letivos subsequentes, em função do número de alunos inscritos.
3. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 16.ª
Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a)* Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)* Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.ª

Revogação

- 1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

Caducidade

- 1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
- 2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Entrada em vigor

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

**Cláusula 23.ª
Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Soure.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo de delegação de competências foi presente à reunião da Câmara Municipal de Soure em e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Soure em, para efeitos de autorização, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de Vinha da Rainha de, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Vinha da Rainha em, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

Soure, ... de de 2015

PELO MUNICÍPIO DE SOURE
O Presidente da Câmara Municipal

(Mário Jorge Da Costa Rodrigues Nunes)

PELA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA
O Presidente da Junta de Freguesia

(Evaristo Mendes Duarte)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vinha da Rainha, conforme decorre da informação técnica dos serviços e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. —

10.3. Protocolo com Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB

ACORDO DE COOPERAÇÃO 2015/2016

ENTRE:

Primeiro Outorgante: Município de Soure, representado pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes;

e

Segundo Outorgante: Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure, representado pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Soure, Eng.º João Augusto de Castro Ramos Pereira.

É celebrado o presente **Acordo de Cooperação**, no âmbito e na sequência da participação do primeiro outorgante nos **Programas de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB**, nos termos das cláusulas seguintes:

CLAÚSULA I

(Objeto)

O presente Acordo de Cooperação visa a melhoria da Educação Pré-Escolar/ 1.º CEB, concretamente assegurar refeições escolares às crianças dos Jardins de Infância e aos alunos do 1.º CEB.

CLAÚSULA II

(Obrigação Geral de Cooperação)

O **Município de Soure** e o **Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure** colaborarão entre si e com outras Instituições e Organismos, tendo em vista garantir às crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar e o 1.º CEB uma refeição equilibrada que cumpra os requisitos de qualidade e as normas aplicáveis nos termos legalmente definidos, de acordo com a circular n.º3/DSEEAS/DGE/2013 de 2 de agosto.

CLAÚSULA III

(Obrigações do Município de Soure)

O **Primeiro Outorgante**, sempre que tal serviço for prestado pelo Segundo Outorgante, assegurará os seguintes pagamentos:

- | | |
|---|------------------------------------|
| a.) Confeção da refeição diária JI Soure..... | 1,40€* + IVA/ criança/ refeição. |
| b.) Confeção da refeição diária 1.º CEB Soure | 0,262€/criança/ refeição |
| | 1,40€*+IVA/criança (Esc. A)/ ref |
| | 1,40€*+IVA/2/ criança (Esc. B)/ref |

*Valores decorrentes da ambiência legal aplicável.

CLAÚSULA IV

(Obrigações do Agrupamento de Escolas de Soure)

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

O Segundo Outorgante, face ao levantamento efetuado no Jardim de Infância de Soure e na Escola do 1.º CEB de Soure, assume a responsabilidade de:

- a) Fornecer os almoços diários, de acordo com o número indicado pelos responsáveis daqueles estabelecimentos de ensino e previamente acordado, através da utilização de equipamento térmico, de acordo com o horário definido na tabela seguinte:

Estabelecimento de Ensino	N.º de refeições diárias	Local onde a Refeição é Servida	Equipamentos e Meios Usados no Fornecimento de Refeições Escolares	Horário das Refeições
J.I. Soure	57	EB1/2 Soure	Transporte dos Alunos pela Câmara Municipal de Soure, do Jardim de Infância de Soure para a EB1/2 de Soure e regresso. 2 Assistentes Operacionais - área Educativa do Município de Soure, para servir refeições.	12:30/13:30 H
1.º CEB Soure	125	EB1/2 Soure	Auxiliares de Acção Educativa do Agrupamento de Escolas de Soure	12:45/ 13:45 H

**CLAÚSULA V
(Vigência)**

O presente Acordo será aplicável ao ano letivo de **2015/2016**, renovando-se, de forma automática, no início de cada ano letivo, podendo no entanto ser revisto nesse momento, por iniciativa de qualquer uma das partes.

Paços do Município de Soure,

O Presidente da Câmara Municipal de Soure

(Mário Jorge Nunes)

O Diretor do Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure

(João Ramos Pereira, Eng.º)

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Cooperação 2015/2016.-----

**Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/AQUISIÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
. Antiga Escola Secundária - Ginásio
- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO / REPARAÇÃO/AQUISIÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
ANTIGA ESCOLA SECUNDÁRIA - GINÁSIO
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **ajuste direto**, uma vez que o **preço base** é de **13.667,25 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2015 pela rubrica **03.01.07.01.03.07** e trata-se de ação inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05 004 2015/113**.

2. PROCESSO

Aprovar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** Mário Jorge Nunes, Presidente da Câmara;
2. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº, (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mauro Alegre, Engº;
4. **Suplentes:** Vítor Miranda, Engº;
5. **Suplentes:** Ivo Costa, Téc.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Construtora Guardado e Oliveira, Ld.ª;**
- **Global Original – Construção Unipessoal, Ld.ª;**
- **Sociedade de Construções Elimur, Ld.ª;**
- **Armindo Nogueira & Valente, Ld.ª.**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
08.07.2015

e

Assunto: *Habituação, Urbanismo e Urbanização*
Urbanização e Urbanismo - Construção / Reparação/Aquisição Edifícios Municipais
Antiga Escola Secundária - Ginásio

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação atual do ginásio da antiga escola secundária, com o intuito de criar condições para o arquivo distrital do Ministério da Justiça.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **13.667,25 €+ IVA**.

Deste modo, propõe-se que sejam realizados os seguintes trabalhos:

- Pinturas interiores, aplicação de pavimento em EPÓXI e substituição de todas as caixilharias.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Direto, para a realização dos referidos trabalhos, com convite às seguintes empresas:

1. Construtora Guardado e Oliveira, Ld.ª;
2. Global Original – Construção, Unipessoal, Ld.ª;
3. Sociedade De Construções Elimur, Ld.ª;
4. Armindo Nogueira & Valente, Ld.ª.

À Consideração Superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
08-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS . Várias Intervenções no Concelho de Soure - Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO / REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
VÁRIAS INTERVENÇÕES NO CONCELHO DE SOURE
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **ajuste direto**, uma vez que o **preço base** é de **49.632,85 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2015 pela rubrica **03.01.07.01.04.13** e trata-se de ação inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05 004 2015/115**.

2. PROCESSO

Aprovar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

1. **Presidente:** Mário Jorge Nunes, Presidente da Câmara;
2. **Vogal:** Mário Monteiro, Eng.º, (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mauro Alegre, Eng.º.
4. **Suplentes:** Vítor Miranda, Eng.º;
5. **Suplentes:** Ivo Costa, Téc.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Gadanha2 - Construções, Lda;**
- **IHFD – Construção e Manutenção, Lda;**
- **Penelateraplanagens, Lda.**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
08.07.2015

e

Assunto: *Habitação, Urbanismo e Urbanização*
Urbanização e Urbanismo Construção / Reabilitação de Largos e Praças
Várias Intervenções no Concelho de Soure

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento de várias situações a intervencionar no concelho de Soure, nomeadamente na Ramalheira, Quinta de São Bento, Granja do Ulmeiro e Vila de Soure. Sendo os seguintes trabalhos:

1. Na Quinta de São Bento, execução de uma praceta em calçada grossa na zona da capela (Parte A);
2. Na Granja do Ulmeiro, prolongamento do passeio existente em calçada miúda, com a execução de um muro de suporte e zona de estacionamento (Parte B);
3. Na Ramalheira, execução de uma praceta em calçada grossa na zona da capela de São João (Parte C);
4. Na Vila de Soure, execução do estacionamento lateral esquerdo posterior do Edifício Municipal em calçada grossa (Parte D).

Após visitas aos locais, foram elaborados projetos e respetivos orçamentos/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontram em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **49.632,85 €+ IVA**.

Deste modo, propõe-se que sejam realizados os seguintes trabalhos:

- Pinturas interiores, aplicação de pavimento em EPÓXI e substituição de todas as caixilharias.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Direto, para a realização dos referidos trabalhos, com convite às seguintes empresas:

1. GADANHA2 - Construções, Lda;
2. IHFD – Construção e Manutenção, Lda;
3. Penelateraplanagens, Lda.

À Consideração Superior,
O Técnico

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

(Mauro Alegre, Eng.)
06-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
. Largo do Jardim - Samuel
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO / REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
LARGO DO JARDIM - SAMUEL
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 25.05.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foi apresentada a proposta seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, Lda	20.472,00 €	90 DIAS

Analisada a proposta e elaborado o relatório final, o júri sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **Sociedade de Construções Elimur, Lda**.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efetuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, Lda**;
2. **Aprovação da minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **20.472,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

(Mário Monteiro, Eng.º)
06.07.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 14. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. ESTUDOS E PROJETOS

. Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas

O Senhor Presidente referiu que: “nós vamos dar início a um conjunto de procedimentos. Tendo em conta que é uma prestação de serviços, porque é a elaboração dos projetos, primeiro temos que dar parecer prévio vinculativo para a contratação destes serviços. Nos nossos serviços não existe capacidade, recursos humanos e técnicos capazes de realizar este serviço, não há condições para realizar estes projetos. Como sempre este tipo de projetos tem que ser encomendado fora, como tal, o parecer prévio vinculativo é necessário para que se possa contratar este serviço.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “é-nos colocada agora para apreciação um conjunto de estudos e projetos que têm como objetivo uma redefinição, um prolongamento ou um aumento da rede de esgotos do nosso Concelho. A questão que queria colocar é se estas obras que se pretendem realizar têm subjacente alguma estratégia, alguma definição de novas orientações em relação àquilo que é o apetrechamento do nosso Concelho em termos de rede esgotos e que, naturalmente, levam a que o Senhor Presidente decida por estas opções e não por outras. Porquê estas obras nestes sítios e não noutros? Quais são as orientações que deu aos serviços nesse sentido?”

O Senhor Presidente referiu que: “nós vamos avançar hoje com três pontos de complemento de rede e vamos fazê-lo cumprindo todas as regras que conhecemos e precavendo-nos com outras que possam estar incluídas nos regulamentos comunitários para que toda a obra que vamos realizar nesta área possa vir a ter o sucesso da inclusão em financiamento no atual Portugal 2020. Podíamos ter aqui uma estratégia para lançar as obras todas de uma vez, mas isso implicava que tivéssemos todos os projetos prontos a lançar e não temos. Temos um projeto que foi lançado e que já foi aqui explicado, no início do mandato, e que tem a ver com o

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

desenvolvimento económico na parte Oeste do Concelho, nomeadamente, das águas termais, daí que o projeto do Pedrogão do Pranto, Azenha e da Vinha da Rainha esteja em fase de conclusão.

Agora decidimos, em conjunto com os serviços, avançar, embora o objetivo seja concluir e fechar no Concelho todo, mas sabendo das dificuldades, vamos caminhar nesse sentido. Os passos são os de começar por dotar o Casal do Redinho e a Fonte dos Cães da Rede de Saneamento. É dos sítios do Concelho de Soure que me parecem ser dos mais urgentes, constatamo-lo na Presidência Aberta, existem esgotos a céu aberto na localidade de Casal do Redinho, localidade com grande densidade populacional. Por outro lado, nós temos um compromisso que vem de anteriores mandatos em que temos um contrato com as Águas do Mondego para que todas as águas residuais destas três Freguesias, Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo, devam ser tratadas pelo sistema em alta que está entregue às Águas do Mondego, que fazem a exploração da etar de Figueiró do Campo. Portanto, há aqui condições para que, com alguma celeridade, darmos prioridade ao investimento que fecha, em termos de cobertura de saneamento a Freguesia de Alfarelos.

Aquilo que dizem os regulamentos do atual programa nacional que irá financiar esta matéria, dá prioridade a prolongamentos de rede e complementos de rede, o tal *“last mile”* de qual ainda temos alguma esperança que nos possa servir noutras situações, nomeadamente das vias de comunicação. Trata-se de complementar uma rede usando infraestruturas em alta já existentes numa determinada cobertura. Na mesma filosofia de aquisição de prioridades, priorizámos a ligação à rede de Gesteira/Piquete à povoação dos Lousões. A etar do Piquete funciona para todo o sistema de Gesteira/Piquete e Lugares limítrofes afetos e está instalada já numa zona com alguma proximidade com os Lousões. Com o investimento que não põe em causa o equilíbrio das finanças públicas municipais, mesmo que não venhamos a ter Fundos Comunitários para esta obra, iremos fazer todos os procedimentos de modo a que sejam enquadráveis e elegíveis. Estamos em condições de poder começar a resolver o problema dos Lousões com esta ligação à etar, aproveitando os recursos em alta que já temos. Para o prolongamento da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Soure às povoações da Camparca, Casa velha, Casal Novo e Gabriéis, temos uma etar na Zona Industrial e temos uma etar em Soure, que, segundo dizem os técnicos, podem absorver o sistema vindo do outro lado do rio. É necessário fazer o projeto porque, para uma etar ou para outra, há condições para ir começando a resolver o problema. Deste modo, as povoações de Camparca,

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis podem também ver o seu problema resolvido, passando a usufruir deste serviço.

Esta foi a hierarquia, vamos começar por estes projetos, os outros virão quando for oportuno.”

O Senhor Vice Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “o ponto que nos traz aqui à discussão, neste momento, é um ponto importante, tem a ver com a Rede de Esgotos, com um eventual prolongamento de rede, um investimento público necessário. Esperamos que o novo Quadro Comunitário possa, de facto, possibilitar-nos com o alargamento da rede de saneamento básico. Refira-se que, no entanto, esta proposta surge-nos de uma forma errada, ela só é possível porque os Executivos anteriores e este mesmo Executivo têm desenvolvido um trabalho sério, um trabalho de sustentabilidade deste setor. Esta proposta foi possível porque o Executivo aprovou, em reuniões anteriores, algumas condições que nos possibilitaram avançar neste sentido. É um sector desregulado, sustentável, não só neste Município como em muitos Municípios do País e, de facto, é preciso fazer um trabalho sério e este Executivo começou a fazer um trabalho sério e vai continua-lo a fazê-lo.

Atrevia-me agora a trazer aqui há coação uma frase do Diretor do Jornal Águas e Ambiente onde ele dizia o seguinte: *“só um trabalho deste género e sério, evita que decisões políticas se sobreponham à logica da qualidade do serviço, contudo o que isso implica. Neste desígnio, incluem-se necessariamente os aspetos económicos dos setores e a inevitável análise de reparação dos custos face às tarifas praticadas.”* De facto é isto que está aqui em causa, a sustentabilidade deste sector só é permitida se nós repararmos esses custos, os custos fixos e os custos de investimento. Daí que este Executivo, seriamente, aprovou, por unanimidade, dois regulamentos novos, um para as Águas e um para as Águas Residuais. Já não houve o mesmo consenso quando foi aprovado as tarifas, aí este Executivo aprovou por maioria. Não vou aqui discutir as razões que levaram alguns dos membros deste Executivo a não aprovarem as tarifas, porque concordaram que havíamos que reestruturar o sector, concordaram que havíamos que rentabilizar mais este sector e rentabilizar mais aumentando as receitas, essa era unanime. No entanto, o Executivo não decidiu, de forma unanime, a aprovação das tarifas. Só posso entender que o estudo que servia de base à aprovação das tarifas, podia não ser um trabalho sério ou, pelo menos, levou a que alguns dos membros tivessem reservas na sua aprovação. Não tendo sido encomendado aquele trabalho a nenhuma entidade externa, não tinha sido pago a “peso de ouro”, tinha sido feito pela “prata da casa”, pelos técnicos Dr. Ivo Costa e Dr. Marcus Tralhão, por mim e

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

acompanhado também pelo Senhor Presidente da Câmara, se calhar levou a que houvesse algumas reservas deste Executivo em aceitar aquele tarifário. Aquilo que vos posso dizer, e já o disse na altura, é que aquele trabalho tinha sido um trabalho sério que nos levou a determinados números, daí que aquilo que nos levou à proposta dos tarifários era uma recuperação gradual dos custos. Recuperava integralmente os custos fixos e recuperava parcialmente os custos de investimento, sendo que o sector das águas e águas residuais, expurgando os resíduos sólidos urbanos que ainda estamos a ultimar o novo regulamento, o valor do diferencial entre os custos de investimento e as receitas era cerca de 500.000,00 euros, dos quais 100.000,00 euros diziam respeito à diferença entre a receita e os custos diretos. A proposta que foi aprovada repunha em cerca de 300.000,00 euros as receitas, sendo que 100.000,00 euros eram dos custos fixos e 200.000,00 euros custos de investimentos, portanto, repunha em metade os custos de investimento, era um valor gradual.

Passados oito meses, gostaria de trazer aqui, e isto vem a propósito da proposta que foi aprovada, alguns números. O estudo que nós fizemos com a “prata da casa”, não era tão descabido quanto isso, acho até que os valores de outubro de 2014 a maio de 2015 resultam num aumento da receita, em relação aos homólogos dos anos anteriores, de 213.000,00 euros. Isto reportado ao ano inteiro dá cerca de 320.000,00 euros. Aquilo que há pouco disse, e disse-o também na reunião da aprovação dos tarifários, é que repunhamos em 100.000,00 euros os custos fixos e recuperávamos 200.000,00 euros dos custos de investimento, o que dá cerca de 300.000,00 euros, ou seja, agora, de facto, a receita efetiva são 319.000,00 euros. Estão aqui mais 19.000,00 euros, mas nesse estudo não estava previsto os valores do Cercal. Se expurgarmos os valores do Cercal, isto andarà exatamente com o estudo que preparámos, ou seja, estamos aqui a dizer que, de facto, foi um estudo sério e aquilo que nos propusemos fazer vai acontecer. Havia dois propósitos: não aumentar o valor da água e repor os custos fixos e de investimento no saneamento, portanto, o que estes valores nos dizem é que o valor da água permanece sem aumento, não há receita no aumento da água, há reposição nos custos de saneamento. Portanto, aquilo que o projeto tinha em mente, que levámos à aprovação, levou agora a estes valores conhecidos integralmente. Daí que, conseguimos repor alguns custos diretos, conseguimos repor alguns custos de investimento e permitiu-nos, de facto, olhar para o futuro de uma forma mais sustentável.

Por isso, congratulo-me por estes pontos, porque é importante darmos início ao alargamento da rede, só isso melhora as condições de vida dos nossos Municípios,

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

sendo que esta decisão, este início de procedimento, será um “espelho refletor” da coragem daqueles que em anteriores decisões permitiram a aprovação dos novos tarifários.

Para concluir, e utilizando algumas palavras da Coligação Soure para Todos, para memória futura são estas decisões de coragem que permitem este salto em frente em termos de melhoria das condições de vida dos cidadãos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Vice-Presidente tem-se dedicado, estes últimos dias, a preparar intervenções profundas nesta reunião do Executivo. Fica-lhe bem, nada contra. De qualquer maneira avocou tanto para este Executivo um trabalho sério, que o anterior Presidente de Câmara deve ter ficado com as orelhas a arder. Permita-me, Senhor Vice-Presidente, vir em defesa do anterior Presidente de Câmara. Acho que ele fez um trabalho que entendeu certo, tomou foi estas opções e não outras, decidiu não apostar na rede de saneamento básico, apostou noutras situações. Naturalmente fez o que achou correto para aquela altura. Concordo com a aposta nos complementos de rede, parecem-me ser os mais adequados, ao invés de apostarmos em estruturas novas relegando para um plano secundário aquelas que estão por acabar. Parece-me ser uma decisão justa, acertada, uma decisão na qual nos revemos, primeiro tentarmos complementar aquilo que ainda não está completo e depois então pensarmos em outras situações. Permitia-me sugerir-lhe que tentasse, mal estes complementos de rede estejam numa fase de pré conclusão, que trabalhássemos num sentido de continuar a tudo fazer para que o Concelho de Soure tenha uma rede de saneamento básico como acontece em qualquer Concelho em pleno século XXI. Nós vamos aprovar, na globalidade, 45.000,00 euros para trabalhos no âmbito da Rede de Esgotos, só espero que sejam bem empregues e que a população do Concelho de Soure, nomeadamente estas povoações que vão ser abrangidas por estes serviços que estamos a contratar, saiam beneficiadas em prol daquilo que é o bem-estar das populações do nosso Concelho.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “como resposta ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, uma vez que se referiu diretamente à minha intervenção, agradeço que reconheça o trabalho sério que esta minha intervenção aqui produziu. De qualquer modo, o que eu lamento, de facto, é que não tenha reconhecido também o trabalho sério que os funcionários e eu próprio tivemos, na altura da proposta dos tarifários. Se o tivesse reconhecido, a população deste

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

Concelho teria visto de outra forma, se essa decisão fosse unânime, teria tido outro peso e não teve. De qualquer modo, agradeço o seu reconhecimento.

Quanto ao trabalho do anterior Executivo, não ouviu aquilo que referi, o que disse foi que este trabalho resultava do trabalho do anterior Executivo. Aquilo que nós fizemos foi ajustar as receitas aos custos, mas o trabalho de investimento neste sector já vinha de anteriores Executivos.”

O Senhor Presidente referiu que: “nós estamos a dar o primeiro passo, que é mandar fazer os projetos, só depois é que podemos mandar executar a obra. Os projetos têm um objetivo final que é dotar o Concelho de Soure com uma rede de saneamento básico e de drenagem de águas residuais, aumentando as condições de vida das populações.”

14.1. Alfarelos/Granja do Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães

14.1.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS

- Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos / Granja do Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães
- . Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

No seguimento das orientações transmitidas por V. Ex.º. sobre a prestação de serviços mencionada em epígrafe, informamos:

Pretende-se efetuar uma aquisição de serviços no âmbito da consultoria técnica, que se traduzirá na elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos / Granja do Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães.

Nos termos do nº 5 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (LOE), carece de **parecer prévio vinculativo**, nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.**

A celebração e/ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de 5.000€, nos termos do nº 14 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, estão excecionados do pedido de parecer

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

prévio, embora estejam sujeitos à redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro.

No nº 12 do artigo 75º da LOE estatui-se que “*Nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro*”.

Foi publicada a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

A atrás aludida portaria, regula os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, **designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia**, celebrados por autarquias locais.

Atendendo a que:

- 1- Para assegurar a “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos / Granja do Ulmeiro às Povações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães*” é necessária a celebração de um contrato de aquisição de serviços;
- 2- Serão cumpridos os requisitos legais previstos no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;
- 3- O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, ou seja, é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante nem impõe o cumprimento de horário de trabalho e que é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;
- 4- Em função do valor do procedimento pode-se recorrer ao Ajuste Direto;
- 5- A despesa será cabimentada após a alteração orçamental a operar previamente à apreciação desta informação, conforme ficha de cabimento que se anexará;
- 6- O contrato de prestação de serviços encontra-se sujeito a redução remuneratória, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 81-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015;
- 7- A contratação esgota-se com o seu fornecimento e o seu valor base será de €15.000,00, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, sugiro a V. Ex^a. que, conforme o exposto e tendo em conta as disposições legais citadas, proponha que a Câmara Municipal delibere:

Emitir Parecer Vinculativo Prévio à “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos / Granja do*

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães ”, condicionado à prévia aprovação da alteração orçamental.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
07-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Vinculativo Prévio para Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos/Granja do Ulmeiro às Povoações de Casal do Redinho e Fonte dos Cães, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

14.1.2. Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS**

- PROJETO DE PROLONGAMENTO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ALFARELOS/GRANJA DO ULMEIRO ÀS POVOAÇÕES DE CASAL DO REDINHO E FONTE DOS CÃES.

De acordo com indicações superiores, e considerando que o município não possui meios próprios, materiais e humanos, necessários à sua realização, procedeu-se à definição do caderno de encargos, em anexo, com vista à abertura de procedimento para elaboração do projeto referido em assunto, incluindo todos os levantamentos topográficos necessários.

O valor estimado para o encargo respetivo é de 15.000,00€

Nestas condições, propõe-se:

1. A abertura de procedimento para contratação da aquisição dos serviços referidos;
2. A aprovação do caderno de encargos correspondente, em anexo;
3. A consulta a um mínimo de três empresas para o efeito, nomeadamente:
 - a. ENGYS, Lda.;
 - b. Agostinho Gonçalves, Eng.º;
 - c. FGL Engenharia – Estudos e projetos, Lda.;
 - d. Miguel Caramujo – Unipessoal, Lda.;
 - e. José Carlos Cardoso Ferreira, Eng.º;
 - f. Aquavia – Gabinete de Estudos e Projetos de Obras, Lda.;
 - g. ENGUR – Estudos e Projetos, Lda.;
 - h. Carlos Serrano & Associados – Engenheiros – Consultores, Lda.

À consideração superior.
(O Chefe Divisão O.P.M.)
(Mário Monteiro, Eng.º)
2015-07-07

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

14.2. Gesteira/Piquete à Povoação de Lousões

14.2.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS

- Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira / Piquete à Povoação dos Lousões
- . Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

No seguimento das orientações transmitidas por V. Ex.º. sobre a prestação de serviços mencionada em epígrafe, informamos:

Pretende-se efetuar uma aquisição de serviços no âmbito da consultadoria técnica, que se traduzirá na elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira / Piquete à Povoação dos Lousões.

Nos termos do nº 5 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (LOE), carece de **parecer prévio vinculativo**, nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.**

A celebração e/ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de 5.000€, nos termos do nº 14 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, estão excecionados do pedido de parecer prévio, embora estejam sujeitos à redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro.

No nº 12 do artigo 75º da LOE estatui-se que “*Nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro*”.

Foi publicada a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

A atrás aludida portaria, regula os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por autarquias locais.

Atendendo a que:

- 1- Para assegurar a “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira / Piquete à Povoação de Lousões*” é necessária a celebração de um contrato de aquisição de serviços;
- 2- Serão cumpridos os requisitos legais previstos no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;
- 3- O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, ou seja, é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante nem impõe o cumprimento de horário de trabalho e que é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;
- 4- Em função do valor do procedimento pode-se recorrer ao Ajuste Direto;
- 5- A despesa será cabimentada após a alteração orçamental a operar previamente à apreciação desta informação, conforme ficha de cabimento que se anexará;
- 6- O contrato de prestação de serviços encontra-se sujeito a redução remuneratória, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 81-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015;
- 7- A contratação esgota-se com o seu fornecimento e o seu valor base será de €15.000,00, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, sugiro a V. Ex^a. que, conforme o exposto e tendo em conta as disposições legais citadas, proponha que a Câmara Municipal delibere:

Emitir Parecer Vinculativo Prévio à “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira / Piquete à Povoação de Lousões*”, condicionado à prévia aprovação da alteração orçamental.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
07-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Vinculativo Prévio para Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira/Piquete à Povoação de Lousões, conforme decorre da informação técnica dos serviços. _____

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

14.2.2. Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS**

- PROJETO DE PROLONGAMENTO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE GESTEIRA/PIQUETE À POVOAÇÃO DE LOUSÕES.

De acordo com indicações superiores, e considerando que o município não possui meios próprios, materiais e humanos, necessários à sua realização, procedeu-se à definição do caderno de encargos, em anexo, com vista à abertura de procedimento para elaboração do projeto referido em assunto, incluindo todos os levantamentos topográficos necessários.

O valor estimado para o encargo respetivo é de 15.000,00€

Nestas condições, propõe-se:

1. A abertura de procedimento para contratação da aquisição dos serviços referidos;
2. A aprovação do caderno de encargos correspondente, em anexo;
3. A consulta a um mínimo de três empresas para o efeito, nomeadamente:
 - a. ENGYS, Lda.;
 - b. Agostinho Gonçalves, Eng.º;
 - c. FGL Engenharia – Estudos e projetos, Lda.;
 - d. Miguel Caramujo – Unipessoal, Lda.;
 - e. José Carlos Cardoso Ferreira, Eng.º;
 - f. Aquavia – Gabinete de Estudos e Projetos de Obras, Lda.;
 - g. ENGUR – Estudos e Projetos, Lda.;
 - h. Carlos Serrano & Associados – Engenheiros – Consultores, Lda.

À consideração superior.

(O Chefe Divisão O.P.M.)

(Mário Monteiro, Eng.º)

2015-07-07

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

14.3. Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis

14.3.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS**

- Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis
- . Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

No seguimento das orientações transmitidas por V. Ex.º. sobre a prestação de serviços mencionada em epígrafe, informamos:

Pretende-se efetuar uma aquisição de serviços no âmbito da consultoria técnica, que se traduzirá na elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis

Nos termos do nº 5 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (LOE), carece de **parecer prévio vinculativo**, nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.**

A celebração e/ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de 5.000€, nos termos do nº 14 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, estão excecionados do pedido de parecer prévio, embora estejam sujeitos á redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro.

No nº 12 do artigo 75º da LOE estatui-se que “*Nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro*”.

Foi publicada a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

A atrás aludida portaria, regula os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e avença e, ou, cujo objeto seja a consultoria técnica, **designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia**, celebrados por autarquias locais.

Atendendo a que:

- 1- Para assegurar a “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis*” é necessária a celebração de um contrato de aquisição de serviços;
- 2- Serão cumpridos os requisitos legais previstos no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;
- 3- O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, ou seja, é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

nem impõe o cumprimento de horário de trabalho e que é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;

4- Em função do valor do procedimento pode-se recorrer ao Ajuste Direto;

5- A despesa será cabimentada após a alteração orçamental a operar previamente à apreciação desta informação, conforme ficha de cabimento que se anexará;

6- O contrato de prestação de serviços encontra-se sujeito a redução remuneratória, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 81-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015;

7- A contratação esgota-se com o seu fornecimento e o seu valor base será de €15.000,00, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, sugiro a V. Ex^a. que, conforme o exposto e tendo em conta as disposições legais citadas, proponha que a Câmara Municipal delibere:

Emitir Parecer Vinculativo Prévio à “*Aquisição de serviços tendente à elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Soure às Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis*”, condicionado à prévia aprovação da alteração orçamental.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
07-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Vinculativo Prévio para Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Prolongamento da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas das Povoações de Camparca, Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -

14.3.2. Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ESTUDOS E PROJETOS**

- PROJETO DE PROLONGAMENTO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE SOURE ÀS POVOAÇÕES DE CAMPARCA, CASA VELHA, CASAL NOVO E GABRIÉIS.

De acordo com indicações superiores, e considerando que o município não possui meios próprios, materiais e humanos, necessários à sua realização, procedeu-se à definição do caderno de encargos, em anexo, com vista à abertura de procedimento para elaboração do projeto referido em assunto, incluindo todos os levantamentos topográficos necessários.

O valor estimado para o encargo respetivo é de 15.000,00€

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Nestas condições, propõe-se:

1. A abertura de procedimento para contratação da aquisição dos serviços referidos;
2. A aprovação do caderno de encargos correspondente, em anexo;
3. A consulta a um mínimo de três empresas para o efeito, nomeadamente:
 - a. ENGYS, Lda.;
 - b. Agostinho Gonçalves, Eng.º;
 - c. FGL Engenharia – Estudos e projetos, Lda.;
 - d. Miguel Caramujo – Unipessoal, Lda.;
 - e. José Carlos Cardoso Ferreira, Eng.º;
 - f. Aquavia – Gabinete de Estudos e Projetos de Obras, Lda.;
 - g. ENGUR – Estudos e Projetos, Lda.;
 - h. Carlos Serrano & Associados – Engenheiros – Consultores, Lda.

À consideração superior.
(O Chefe Divisão O.P.M.)
(Mário Monteiro, Eng.º)
2015-07-07

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre da
informação técnica dos serviços. -----***

Ponto 15. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

. ESTUDOS E PROJETOS

. Elaboração de Um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)

O Senhor Presidente referiu que: “no seguimento da discussão aberta nos pontos anteriores, nós temos que preparar a possibilidade de nos candidarmos aos Fundos Comunitários. Há uma questão que é fundamental para articular com todo o sistema, é qual a estratégia, o porquê das opções, o porquê das hierarquizações. Há necessidade de sermos dotados de um documento denominado de Documento de Enquadramento Estratégico (DEE) para o qual não temos capacidade técnica. O esforço que foi feito pelos técnicos do Município e também pela equipa de Executivo em trabalhos anteriores, nesta matéria não é viável, temos outras competências e outros trabalhos para desenvolver, portanto, não temos essa capacidade internamente para produzir este Documento de Enquadramento Estratégico, daí a necessidade de contratar estes serviços. Até hoje temos trabalhado sem este documento e para que tenhamos sucesso na aprovação das Candidaturas e para que possamos avaliar a estratégia a seguir, quer para o fecho da rede do sistema de saneamento, quer até para a própria cobertura e funcionamento da rede de águas, há um conjunto de operações e de situações que é necessário avaliar. Quando discutimos na Assembleia Municipal que o sistema deve procurar a sua eficiência,

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

que devemos combater as percas, que devemos atacar também no lado do desperdício e do lado da despesa, isso implica sempre o aumento das tarifas. Afigura-se que, num futuro próximo, basta ler tudo o que se tem escrito sobre a questão dos sistemas de água e saneamento, nos possam vir a ser impostas condições operacionais de gestão do próprio sistema, por isso temos necessidade de ter rapidamente este estudo. Daí que, não tendo capacidade para o fazer com os técnicos do Município, pedimos que seja emitido um parecer prévio vinculativo para aquisição de serviços tendente à elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico para saneamento e salubridade e abastecimento de água.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o nosso desacordo em relação ao estudo sério que foi feito pela equipa superiormente dirigida pelo Senhor Vice-Presidente, em relação aos tarifários, leva-nos a pensar o seguinte: o trabalho que foi feito, foi um trabalho que resultou da sinergia de vários sectores da casa e que, embora discordássemos dele, muito apreciámos pela maneira como nos foi apresentado. Isso leva-nos a pensar que essa equipa, porventura, salvo melhor opinião, deveria passar para uma fase seguinte do trabalho. Discordo sempre de documentos desta natureza feitos por entidades estranhas à Câmara, quando a Câmara Municipal, no meu ponto de vista, tem técnicos competentes, tem um Executivo Camarário que está disponível para colaborar em documentos desta natureza e, nesse sentido, acho que seria bom que tentássemos encontrar, dentro da Câmara Municipal, a primeira e a última possibilidade, para podermos fazer um documento desta natureza, até porque, nas informações que nos são prestadas, diz-se que falta um pequeno esforço para finalizar o fecho da rede concelhia de saneamento. Acho que este pequeno esforço final podia ser feito por nós, porque as pessoas conhecem o terreno, saberão exatamente onde é que devem e não devem intervir e, por isso, salvo melhor opinião, este é claramente um caso em que a definição estratégica do desenvolvimento do Concelho deve passar pela Câmara Municipal, pelos seus agentes políticos e pelos seus funcionários.

Segunda questão. Na informação que nos é prestada é dito que outros Concelhos apostaram na contratualização deste serviço. Aparecem aqui um conjunto de empresas, nomeadamente empresas privadas e duas instituições que nos merecem enorme crédito como é a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho. Nenhuma delas foi consultada para este serviço que se pretende fazer em Soure e sugere-se a consulta a uma empresa cujo currículo não nos é facultado. Não sei a experiência curricular desta empresa, porque a única defesa que é feita é que

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

estamos numa situação de absoluta urgência. Isto ainda não é a Grécia e eu acho que é de bom-tom para apreciação da nossa parte, porque eu estou a apreciar uma coisa que é feita em absoluta urgência, onde me é dito que noutras Câmaras Municipais já colaboraram em situações desta natureza, instituições como a Universalidade de Coimbra e a Universidade do Minho e eu vou pronunciar-me por uma empresa que desconheço, não sei o que é que fez até agora, não sei se é a empresa adequada para desenvolver este tipo de funções no Concelho de Soure. Tenho a certeza absoluta que dentro da Câmara Municipal de Soure existem, porventura, situações e condições para um estudo desta natureza poder ser feito.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “no que diz respeito à questão colocada pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e uma vez que fez a ligação com a anterior equipa que fez o estudo, quanto ao impacto que tinham os tarifários, são realidades distintas, agora trata-se de um documento estratégico, Aquilo que nós fizemos no trabalho anterior, que era sério, era trabalhar números, era ver quais eram os consumidores, aplicar aos consumidores e em função do tipo de consumidor, a projeção dos tarifários. Deu-nos algum trabalho, mas era um trabalho meramente quantitativo. Agora estamos a falar de um trabalho que, para além de quantitativo, é qualitativo. Portanto, não podemos comparar uma coisa com a outra, independentemente das considerações que fez. Não pode comparar um estudo com o outro, tem características completamente distintas.”

O Senhor Presidente referiu que: “tomámos a devida nota do que foi dito. Nós somos os políticos, fomos eleitos nesse contexto, no entanto, mesmo enquanto políticos, não estamos apenas a avaliar estas decisões e os interesses de cada elemento daquilo que possam ser as ambições, mais ou menos populistas, que os eleitores podem necessitar. Ainda bem que reconhece que o trabalho desenvolvido pelos técnicos da câmara foi um trabalho bom e tem dado bons resultados. Para dar este passo, a elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico, não somos assim tão bons como isso, nem é a nossa especialidade, se bem que conhecemos e sabemos o que queremos para o Concelho. O Documento de Enquadramento Estratégico não pode analisar o Concelho de uma forma isolada, enquanto para os tarifários olhávamos para a nossa situação em concreto, para os nossos índices de exploração, para a forma como queríamos gerir e atingir determinados objetivos. O Documento de Enquadramento Estratégico não nos pode deixar como a Grécia, nós não somos a Grécia, não estamos sozinhos, nem queremos estar sozinhos. Nós temos que ver o Concelho de uma perspetiva

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

integrada, na sua realidade regional e na sua realidade nacional, atentos também às leis nacionais e às orientações que as entidades reguladoras e a tutela têm sobre esta matéria. Aqui exigem-se outros tipos de conhecimentos, nós temos a maior parte da informação produzida, temo-la em bruto, agora há modelos microeconómicos que é necessário concretizar, há modelos econométricos que é necessário estabelecer e nós, tendo em conta que também temos técnicos na área da economia e de desenvolvimento e planeamento, este é um trabalho muito específico, muito especializado e que não está disponível, quer tecnicamente, quer dentro das pessoas que exercem cargos políticos. Este é um documento que terá uma análise nacional, terá que ser avaliado pelo ERSAR e pelo Ministério do Ambiente e que vai validar, não a nossa estratégia para escolha e posição das candidaturas, mas a atuação futura do próprio Município. Por isso, para os valores indicados, estou convencido que conseguimos com esta empresa, tendo em conta as negociações existentes e aquilo que o mercado oferece, este é um valor bastante razoável para a realização deste trabalho.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a justificação que deu, em defesa da sua tese, de que um documento desta natureza deve ser feito por uma entidade externa à Câmara Municipal, não o contrário porque distingue-nos a nós essa visão. Acho que Documentos de Enquadramento Estratégico, sejam eles quais forem, devem ser documentos internos com uma forte componente política e devem ser assumidos por este Executivo, se possível, por grande unanimidade porque o que está em jogo são os interesses do nosso Concelho. Portanto, Documentos de Enquadramento Estratégico devem ser documentos políticos e não técnicos.

Segundo, peço-lhe que reflita, uma vez mais, naquilo que disse, em que eu sinto-me inibido de me pronunciar sobre uma empresa que vai fazer um documento estratégico do meu Concelho que desconheço totalmente, nunca ouvi falar, não sei quem é, nada me diz onde é que esta empresa já desempenhou funções, o que é que fez, o que é que não fez. Agora uma empresa para fazer um documento estratégico, que nós não fazemos a mínima ideia quem é, compreenderá que é impossível votar um documento destes.”

O Senhor Presidente referiu que: “os documentos foram distribuídos atempadamente, hoje em dia há várias formas de procurar esse tipo de esclarecimentos, portanto, penso que estamos em condições de passar à votação.”

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

15.1. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ESTUDOS E PROJETOS
- Elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)
. Emissão de Parecer Vinculativo Prévio

No seguimento das orientações transmitidas por V. Ex^o. sobre a prestação de serviços mencionada em epígrafe, informamos:

Pretende-se efetuar uma aquisição de serviços no âmbito da consultoria técnica, que se traduzirá na elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE).

Nos termos do nº 5 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 (LOE), carece de **parecer prévio vinculativo**, nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.**

A celebração e/ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de 5.000€, nos termos do nº 14 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, estão excecionados do pedido de parecer prévio, embora estejam sujeitos à redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro.

No nº 12 do artigo 75º da LOE estatui-se que “*Nas autarquias locais, o parecer previsto no nº 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro*”.

Foi publicada a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

A atrás aludida portaria, regula os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e avença e, ou, cujo objeto seja a consultoria técnica, **designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia**, celebrados por autarquias locais.

Atendendo a que:

1- Para assegurar a “Aquisição de serviços tendente à elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)” é necessária a celebração de um contrato de aquisição de serviços;

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

2- Serão cumpridos os requisitos legais previstos no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;

3- O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, ou seja, é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante nem impõe o cumprimento de horário de trabalho e que é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;

4- Em função do valor do procedimento pode-se recorrer ao Ajuste Direto;

5- A despesa será cabimentada após a alteração orçamental a operar previamente à apreciação desta informação, conforme ficha de cabimento que se anexará;

6- O contrato de prestação de serviços encontra-se sujeito a redução remuneratória, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 81-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015;

7- A contratação esgota-se com o seu fornecimento e o seu valor base será de €19.500,00, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim, sugiro a V. Ex^a. que, conforme o exposto e tendo em conta as disposições legais citadas, proponha que a Câmara Municipal delibere:

Emitir Parecer Vinculativo Prévio à “*Aquisição de serviços tendente à elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)*”, condicionado à prévia aprovação da alteração orçamental.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr)
10-07-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Vinculativo Prévio para a Elaboração de Um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE), conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa ausentou-se da sala não tendo participado na votação. -----

15.2. Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...
ESTUDOS E PROJETOS
▪ ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO (DEE)
- PROCEDIMENTO PRÉVIO

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Considerando que:

- O Município de Soure, apesar dos investimentos anuais realizados no passado, nas suas infraestruturas de Água e Saneamento, ainda continua a sentir necessidade de investimento, designadamente no pequeno esforço para finalizar o fecho da sua rede concelhia de Saneamento;
- Pela sua política de gestão de ativos, necessita de melhorar os seus sistemas de informação, nomeadamente um sistema de gestão de cadastro preventivo, de interface geográfico e gestão de ordens de trabalho;
- Tem um executivo, que deseja assegurar uma política preventiva de eventuais falhas de água;
- Estão previstos a abertura de avisos referentes a fundos comunitários, no próximo dia 15 de Julho de 2015, de nome (!):
 - Ciclo Urbano da Água - Elaboração de cadastros de infraestruturas de AA e de SAR;
 - Ciclo Urbano da Água - Projetos de Abastecimento e Saneamento
- Os meios financeiros do Município são limitados, existe necessidade de priorizar as suas ações de modo organizado, pensado e fundamentado do ponto de visto económico e financeiro;
- O ERSAR e fundos comunitários, no passado exigiam um documento de enquadramento estratégico, que assegure que os investimentos são sustentáveis;
- A complexidade dos temas e urgência, face à data de abertura dos avisos;
- Quantidade de Recursos Internos disponíveis e período de férias que aí avizinham;
- As atuais tarefas em curso no momento, nomeadamente aquelas que estão associadas à preparação do Orçamento.

Proponho que se proceda à contratação externa, por ajuste direto, para “Elaboração de um Documento de Enquadramento Estratégico (DEE)”, nos termos do anexo I do Caderno de Encargos.

Releve-se que, tendo por base uma verificação dirigida o largo conjunto de fornecedores, que têm contratualizado com diversos Municípios estudos/projetos desta natureza, se constata que os valores de adjudicação têm oscilado entre os 20.000€ e os 50.000€.

A título de exemplo, entre outros, temos:

- Ecoserviços, Lda.: 45.000,00€;
- Vistraço, Lda.: 24.950,00€;
- Universidade de Coimbra: 27.750,00€;
- Reportmaxi, Lda.: 22.500,00€;
- Universidade do Minho: 25.000,00€.

Na sequência desta análise/verificação e após uma consulta informal ao mercado, afigura-se-nos que o preço a pagar deve corresponder ao valor máximo de 19.500,00€.

Considerando, ainda, a premência temporal, entenda-se, urgência absoluta (vide ¹) sugere-se a consulta à empresa “Value Advisory Services for Business, Lda”.

Assim, com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 19.500,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O presente encargo está previsto no Orçamento pela rubrica 03.02.02.02.14 e trata-se de ação inscrita nas Grandes Opções do Plano com a classificação 06.001 2015/134.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Value Advisory Services for Business, Lda.

4. JÚRI

Uma vez que será apresentada apenas uma proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
10/07/2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 16. PROTEÇÃO CIVIL

- . PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- . CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO/CONSERVAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA
- . Pintura Exterior de Pontos de Água e Instalação de Contadores
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO / CONSERVAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA
PINTURA EXTERIOR DE PONTOS DE ÁGUA E INSTALAÇÃO DE CONTADORES
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 25.05.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Foi apresentada a proposta seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA PAVIMENTOS, LDª	12.964,19 €	30 DIAS

Analisada a proposta e elaborado o relatório final, o júri sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efetuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **GADANHA PAVIMENTOS, LDª**;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **12.964,19 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
06.07.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. _____

Ponto 17. PROTEÇÃO CIVIL

**. Z.I.F. (Zona de Intervenção Florestal) SOURE OESTE
- Adesão**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: PROTEÇÃO CIVIL

**. Z.I.F. - Zona de Intervenção Florestal, Soure - Oeste
- Adesão**

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

O Gabinete Técnico Florestal continua a considerar que é fundamental a nossa participação no processo de adesão - Zona de Intervenção Florestal Soure – Oeste, tendo em conta os seus objetivos.

Nesta ambiência, relembramos que o Município tem se feito representar em todas as reuniões do Núcleo Fundador.

O Núcleo Fundador integra as seguintes entidades Câmara Municipal de Soure, Freguesia de Samuel, Freguesia de Vinha da Rainha, União de Freguesias de Gesteira e Brunhós, Maria da Graça Mendes Maíño Soares Monteiro, Manuel Patrício Maíño, Joaquim Góis Duarte Estrela, Diamantino Manuel de Jesus Leal, Marcílio Marques dos Santos, José Manuel da Costa Gariso, Ilídio Fernandes Gomes, Sociedade Agrícola Arunca e Seminário, Lda, Fernando Ferreira Gonçalves Pedrosa, José Ferreira Nunes Rolo, José Costa Ferreira, José Manuel da Silva, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, José Ribeiro Catarino, José Nunes Alemão, Marcial Nunes Quinteiro, Hermínia da Silva Barbosa, Horácio Augusto Cavacas, Evaristo Mendes Duarte, Manuel Saúl Jordão, José António Nunes da Silva Mendes, José Manuel Costa dos Santos, Gildo Soares Costa, Fernanda Ferreira Gonçalves Pedrosa, Pedrosa e Irmãos, Lda, Carlos Oliveira Cordeiro Miranda, com uma área total de 355,82 ha, constituída maioritariamente por espaços florestais, sendo que a presença do Município é um imperativo legal, apresentando uma área de 15,796 ha – Anexo 1 -.

O Núcleo Fundador nomeou como entidade gestora da Z.I.F. – Soure – Oeste a SAURIUM FLORESTAL – Associação Pró Floresta do Concelho de Soure, que apresentou uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente.

Sugere-se que se aprove formalmente a participação na constituição da Z.I.F. Soure - Oeste e seguir os procedimentos adotados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Assim pareceu-nos que a nossa informação deveria ser complementada por uma outra de natureza jurídica, que juntamos.

Á Consideração Superior,
Gabinete Técnico Florestal
A Técnica
(Cremilde Pimentel, Eng.ª)
2015.07.10

e

Assunto: Proteção Civil

- . **Constituição de uma ZIF.**
- . **Núcleo Fundador: Reunião de 11/06/2015 (Nomeação de Entidade Gestora)**
- . **Área a afetar**

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do solicitado por V. Exa., procedemos à elaboração do seguinte parecer jurídico.

Considerando a política municipal de proteção civil, os respetivos responsáveis têm-se pronunciado favoravelmente pela constituição de uma zona de Intervenção Florestal, doravante designada

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

"ZIF", isto é, pela constituição de uma área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um plano de gestão florestal e a um plano específico de intervenção florestal e administrada por uma única entidade" - cfr al q) do art.3 do D.L 127/2005, de 05 de Agosto, na redação que lhe é dado pelo D.L. n.º 27/2014, de 18 Fevereiro.

Em consonância com este entendimento, o Município de Soure, manteve reuniões informais, para delimitação e estruturação da sua participação neste projeto, fazendo o mesmo parte do Núcleo Fundador, nos termos da al I) do art 3.º do D.L 127/2005, de 05 de Agosto na redação que lhe é dado pelo D.L. n.º 27/2014, de 18 de Fevereiro, *"Núcleo Fundador" os proprietários ou produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, constituídos maioritariamente por espaços florestais, com uma área territorial contínua ou contígua de pelo menos 5% da área proposta para a ZIF".*

Ora, e mediante deliberação por unanimidade resultante de reunião mantida a 11/06/2015, constitui-se formalmente o Núcleo Fundador de uma ZIF composta pela Câmara Municipal de Soure, Freguesia de Samuel, Freguesia de Vinha da Rainha, União de Freguesias de Gesteira e Brunhós, Maria da Graça Mendes Maíno Soares Monteiro, Manuel Patrício Maíno, Joaquim Góis Duarte Estrela, Diamantino Manuel de Jesus Leal, Marcílio Marques dos Santos, José Manuel da Costa Gariso, Ilídio Fernandes Gomes, Sociedade Agrícola Arunca e Seminário, Lda, Fernando Ferreira Gonçalves Pedrosa, José Ferreira Nunes Rolo, José Costa Ferreira, José Manuel da Silva, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, José Ribeiro Catarino, José Nunes Alemão, Marcial Nunes Quinteiro, Hermínia da Silva Barbosa, Horácio Augusto Cavacas, Evaristo Mendes Duarte, Manuel Saúl Jordão, José António Nunes da Silva Mendes, José Manuel Costa dos Santos, Gildo Soares Costa, Fernanda Ferreira Gonçalves Pedrosa, Pedrosa e Irmãos, Lda, Carlos Oliveira Cordeiro Miranda, sendo nomeada como entidade gestora, por unanimidade, a SAURIUM FLORESTAL, Associação para a Floresta do Concelho de Soure, Sita em Praça da República Soure.

Constituído o Núcleo Fundador, os elementos do mesmo procederam, obedecendo aos critérios que resultam da legislação aplicável, à determinação de quais os prédios que deveriam integrar a ZIF, resultando deste processo de recolha, atualização e tratamento de dados um conjunto com a área total de 355,82 hectares, 15,796 hectares, dos quais são património do Município de Soure.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 10 de Julho de 2015
A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

O Senhor Presidente referiu que: "a Saurium Florestal decidiu avançar com uma nova ZIF – Zona de Intervenção Florestal para a Zona Oeste do Concelho, Freguesias de Vinha da Rainha, Samuel e Gesteira. Foi criado o Núcleo fundador, o qual o Município de Soure aderiu. Nós teremos uma participação com prédios

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

municipais que, grosso modo, são bermas de caminhos, as Termas da Amieira e um ou dois terrenos, no total de 15,796 hectares, um valor que é da competência deste Executivo deliberar sobre o seu ónus. Ao ficarmos vinculados a esta Zona de Intervenção Florestal implica trabalhos, temos a responsabilidade de darmos o exemplo na preparação dos terrenos florestais, portanto, esta adesão apenas compromete, ainda mais, o Município, mas não de uma tarefa da qual ele estivesse livre. Aquilo que proponho é que se aprove a adesão à Z.I.F. (Zona de Intervenção Florestal) Soure Oeste.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Adesão à Z.I.F. (Zona de Intervenção Florestal) Soure Oeste e ao correspondente Núcleo Fundador, assim como autorizar a operação dos Prédios Rústicos que a integram, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 18. PROTEÇÃO CIVIL

- Constituição de uma 2.ª EIP

O Senhor Presidente referiu que: “as equipas de intervenção permanente é uma candidatura da Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários de Soure onde 50% do seu funcionamento será pago pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e os outros 50% serão suportados pelo Município. Nesta fase, não há nada que nos esteja a vincular, a não ser um parecer. Quando a candidatura vier aprovada, então sim, teremos que deliberar sobre a aceitação da candidatura. Esta segunda Equipa de Intervenção Permanente, se vier a ser aprovada, será para instalar na seção da Granja do Ulmeiro.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Constituição de uma 2.ª EIP. -----

Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA – ÁGUA

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. Substituição de Tubagem na Freguesia de Figueiró do Campo

- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA – CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
SUBSTITUIÇÃO DE TUBAGEM NA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **ajuste direto**, uma vez que o **preço base** é de **16.899,05 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2015 pela rubrica **03.03.07.03.03.07** e trata-se de ação inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **08.001 2015/167**.

2. PROCESSO

Aprovar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** Mário Jorge Nunes, Presidente da Câmara;
2. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº, (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mauro Alegre, Engº.
4. **Suplentes:** Vitor Miranda, Engº;
5. **Suplentes:** Ivo Costa, Téc.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Pinto & Braz, Ld.ª;**
- **Segmentoprovavel – Serviços e Manutenção, Ld.ª;**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
08.07.2015

e

Assunto: Água

Abastecimento Público

Conservação / Reparação da Rede Existente

- Substituição de tubagem na Freguesia de Figueiró do Campo

As infraestruturas de abastecimento de água na Freguesia de Figueiró do Campo, apresentam necessidade de uma intervenção urgente nas duas situações a seguir descritas:

- Por apresentar já muitos anos de utilização, a tubagem no Casal do Cimeiro evidência sinais de fadiga que estão na origem de constantes roturas. Torna-se assim necessário, proceder à substituição da tubagem de diâmetro 110mm em PVC, por nova tubagem em PEAD MRS 100 classe PN10 de diâmetro 110mm, com soldadura topo a topo.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

- Por apresentar alguns anos e devido à muita profundidade em virtude da subida do pavimento na estrada, a tubagem existente no troço entre a sede da junta de freguesia e os reservatórios de Figueiró do Campo, apresenta alguns perigos em termos de segurança nomeadamente em casos de rotura. Assim, esta tubagem em PVC, de diâmetro 125mm, deverá ser substituída por nova tubagem em PEAD MRS 100 classe PN10 de diâmetro 125mm, com soldadura topo a topo.

Estima-se o valor destas duas intervenções em aproximadamente 16.899,05 € + IVA.

À consideração superior
(Evaristo Duarte, Técnico)
2015-05-13

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 20. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
- . Mega Esplanada - Roteiro Comercial e Gastronómico de Soure
- . Associação Empresarial de Soure

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Mega Esplanada - Roteiro Comercial e Gastronómico de Soure

- Ocupação de via/ espaço público
- Mega Esplanada - Roteiro Comercial e Gastronómico de Soure
 - * Autorização para ocupar via/ espaço público com expositores e esplanadas
 - * Isenção do pagamento de taxas

A associação Empresarial de Soure solicitou autorização para ocupar várias ruas e um largo da Vila de Soure, com expositores e esplanadas, para realização do evento “Mega Esplanada - Roteiro Comercial e Gastronómico de Soure”, entre os dias 17 a 19 de Julho.

Solicita também a isenção das respetivas taxas Municipais.

Após análise por parte dos N/ serviços, sugere-se o deferimento da licença para ocupação de via/espaço público.

O valor das taxas a cobrar para a ocupação pretendida seria de 2 334,50 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artº 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção das taxas devidas pela ocupação da via/ espaço público.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa de impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

(Joaquim Oliveira – Eng. Civil)
10-07-2015

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

e

Assunto: ▪ Associação Empresarial de Soure
- MEGA ESPLANADA - Roteiro Comercial e Gastronómico
- Isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público

A Associação Empresarial de Soure, veio requerer ao Sr. Presidente de Câmara, **isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público** no âmbito do evento "MEGA ESPLANADA - Roteiro Comercial e Gastronómico".

A isenção subjetiva das taxas municipais, encontra regulamentação nos artigos 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

A Associação Empresarial de Soure é uma pessoa coletiva de direito privado, pelo que não se insere no grupo de entidades passíveis de isenção do pagamento de taxas previstas no art. 25.º do RLCTM.

No entanto, para além das isenções e entidades referidas no artigo supra mencionado, o art. 26.º do RLCTM prevê a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, somos da opinião que, de acordo com o art. 26.º do RLCTM, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público no âmbito do evento "MEGA ESPLANADA - Roteiro Comercial e Gastronómico" poderá ser concedida, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 10 de Julho de 2015
A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

20.1. - Ocupação de Espaço Público com Expositores e Esplanadas

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para Ocupação de Espaço Público com Expositores e Esplanadas. -----

20.2. - Isenção do Pagamento de Taxas

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção do Pagamento das Taxas. -----

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

**Ponto 21. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
. FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS**

21.1. Designação da Comissão Executiva

Foi presente a seguinte Proposta:

PROPOSTA

Considerando:

- A realização das Festas e Feira de São Mateus e Fataçis no próximo mês de Setembro;
- A aprovação na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho, por unanimidade, do correspondente Regulamento e Tabela de Taxas;
- Que compete à Câmara Municipal, por proposta do seu Presidente, a designação de uma Comissão Executiva, com as funções previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Regulamento;
- Que a referida Comissão deve ser constituída por número ímpar, entre 5 a 9 elementos e preferencialmente por trabalhadores ou outros agentes da Autarquia, por um elemento da Junta de Freguesia de Soure e por um elemento ligado ao movimento associativo ou empresarial;
- A disponibilidade manifestada pelas pessoas convidadas.

PROPONHO, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento das Festas e Feira de São Mateus e Fataçis, **a designação da seguinte Comissão Executiva:**

- Gil António Contente Soares;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- Carlos Manuel Carvalho Mendes;
- Mário João Lourenço Gomes;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa;
- Fernando Alfeu Fôja de Oliveira Cavacas;
- Jorge Manuel Andrade Santos.

Paços do Concelho de Soure, 06 de Julho de 2015

O Presidente,

(Mário Jorge Nunes)

O Senhor Presidente referiu que: “como foi dito no Regulamento, a Comissão Executiva é constituída maioritariamente por técnicos e trabalhadores do Município e integram também a proposta o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soure e o Senhor Presidente da Associação Empresarial de Soure. A proposta é esta, com os considerandos que constam da mesma.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “a comissão executiva das festas de S. Mateus é constituída na sua maioria por pessoas experientes e muito competentes nesta matéria. Quero felicitar a inclusão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soure, nesta comissão, porque ao longo dos anos tem sido muito

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015***

participativo e colaborante nestes festejos. Tive o prazer e o privilégio de trabalhar, durante alguns anos, com muitos dos elementos desta comissão executiva que, sempre, demonstraram uma forte dedicação e entusiasmo pelas festas do nosso Concelho.

O senhor Presidente de Câmara deverá recordar-se que nas reuniões com as associações mais representativas da sede do Concelho, no âmbito das Festas de S. Mateus, referi e defendi um modelo misto para a comissão executiva composta por elementos da Câmara Municipal e sociedade civil em regime de voluntariado. Sei que nestas coisas é preciso fazer equilíbrios e ajustes, compreendo, em parte, a sua decisão/opção por este modelo de comissão executiva. Mas como não foi este modelo que defendi e por uma questão de coerência irei abster-me neste ponto. Aproveito para perguntar, ao senhor Presidente, qual o papel da comissão alargada neste processo? Reunimos por duas vezes, deram-se opiniões/sugestões, debateram-se ideias mas não se chegou a qualquer conclusão. Não se realizou a reunião final.”

O Senhor Presidente referiu que: “estes dois pontos estão muito ligados. Na altura da aprovação do regulamento tive em conta, na minha proposta, muitas das considerações daquilo que foi aqui ouvido nessa comissão de consulta ao modelo de realização das Festas de S. Mateus. Da análise que fiz dessa comissão, não saiu nada de concreto, houve ali algumas divergências.

O Executivo Municipal passa a ter autoridade sobre a realização das Festas de S. Mateus, tem funções para o qual temos competências, compete-nos supervisionar, dirigir e decidir. A Comissão Executiva proposta ficará mandatada para realizar as tarefas de Execução prática, ou seja, por deliberação nossa, executa as tarefas que o Executivo Municipal, genericamente, deliberar. Se olharmos para o regulamento, quem vai andar a contratar os artistas e os feirantes na rua a marcar os terrados, não é o Executivo Municipal, é a Comissão Executiva. O orçamento das Festas de S. Mateus é aprovado pelo Executivo Municipal, não é aprovado pela comissão das festas. O Mandato que vamos dar a esta Comissão é para fazer as propostas, preparar o programa e as ações. O regulamento é aprovado pelo Executivo Municipal, portanto, a tutela sobre a realização das Festas está a cargo do Executivo Municipal, por isso, não proponho para a Comissão Executiva nenhum elemento deste Executivo.

No ponto 21.2, propõe-se a denominada Comissão de Honra que consta do regulamento. Nesta comissão estão todos os elementos que foram designados, quer pela Assembleia Municipal, quer pela Câmara Municipal, para a Comissão

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 13 de julho de 2015

Consultiva. Acrescentei os outros três nomes do Executivo mais o Presidente da Assembleia Municipal. Não fazia sentido andar a fazer convites para a Comissão de Honra sem ouvir o Executivo, se a comissão for aprovada, as pessoas aceitarão ou não.

As Festas de S. Mateus, nos últimos dois anos, tiveram um orçamento em média de 120.000,00 euros, sendo que 60.000,00 euros era despesa direta do Município, sem qualquer retorno de receita. Podemos melhorar o cartaz de artistas, queremos melhorar as condições da instalação dos comerciantes, especialmente os que se dedicam ao comércio de produtos endógenos. Espero que haja espaço e disponibilidade financeira para investirmos numa mostra social do Concelho onde os artesãos, as instituições, à semelhança do que já se fez em anos anteriores, possam ter um espaço, de uma forma gratuita, as Juntas de Freguesia, as Instituições Culturais, Socias, Recreativas e de Solidariedade possam ter também o seu stand num espaço temático dedicado à atividade da economia social e cultural do Concelho.

São estes os princípios que estão no regulamento e o princípio que norteou a apresentação desta proposta de Comissão Executiva que é ter uma equipa operacional, com técnicos do Município de diversas áreas.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “é com agrado que vejo o regresso da organização da feira e festas de S. Mateus pelo Município e também a melhoria e dignificação da feira porque é esta a grande referência e identidade deste certame concelhio.”

Deliberada, por maioria, com 3 (três) votos a favor e 3 (três) brancos, após escrutínio secreto, aprovar a proposta de Designação da Comissão Executiva para as Festas de S. Mateus e FATAÇIS, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

21.2. Designação da Comissão de Honra

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o interesse objetivo do nosso Concelho é que, naturalmente, as nossas festas sejam o espelho daquilo que é a nossa unanimidade em defesa dessa iniciativa popular e camarária que a todos interessa. Em relação a esta proposta da Comissão de Honra que o Senhor Presidente apresentou, devo-lhe dizer que concordamos em 99,99%. Parece-nos, contudo, que haverá aqui alguns retoques a fazer. Naturalmente o Senhor Presidente da Associação Empresarial de Soure não pode estar nas duas Comissões,

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

porque se isto é um órgão consultivo do outro, uma pessoa não se pode consultar a ela própria. De qualquer maneira, tirando esse caso, permitia-me pedir-lhe que transita-se este ponto para a próxima reunião. Haverá todo o interesse em aprovarmos uma lista desta natureza, dando-lhe, com esta nossa indicação, a oportunidade de poder pessoalmente convidar as pessoas e ratificar a lista para que, na próxima reunião, possamos aprovar esta Comissão de Honra.”

O Senhor Presidente referiu que: “proponho que se retire este ponto da ordem de trabalhos e irei convidar as pessoas para fazerem parte desta Comissão de Honra.”

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem de trabalhos. —

Ponto 22. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . ESPAÇOS DO CIDADÃO DO CONCELHO DE SOURE
- . Espaço do Cidadão de Soure
- . Espaço do Cidadão de Alfarelos
- Serviços de Conectividade e Interligação aos Serviços AMA
- . Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS

ESPAÇOS DO CIDADÃO DO CONCELHO DE SOURE

- ESPAÇO DO CIDADÃO DE SOURE
- ESPAÇO DO CIDADÃO DE ALFARELOS
- SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE E INTERLIGAÇÃO AOS SERVIÇOS AMA
- PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de ajuste direto, uma vez que o preço base é de 9.360,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências da Câmara Municipal, cf. alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho, e nos termos da autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal na sua Sessão de 30 de Junho de 2015.

O presente encargo está previsto no Orçamento pela rubrica 01.02.02.02.09 e trata-se de ação inscrita nas Grandes Opções do Plano com a classificação 11.004 2015/234.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à(s) seguinte(s) empresa(s):

- MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA.

4. JÚRI

Uma vez que será apresentada apenas uma proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
09/07/2015

e

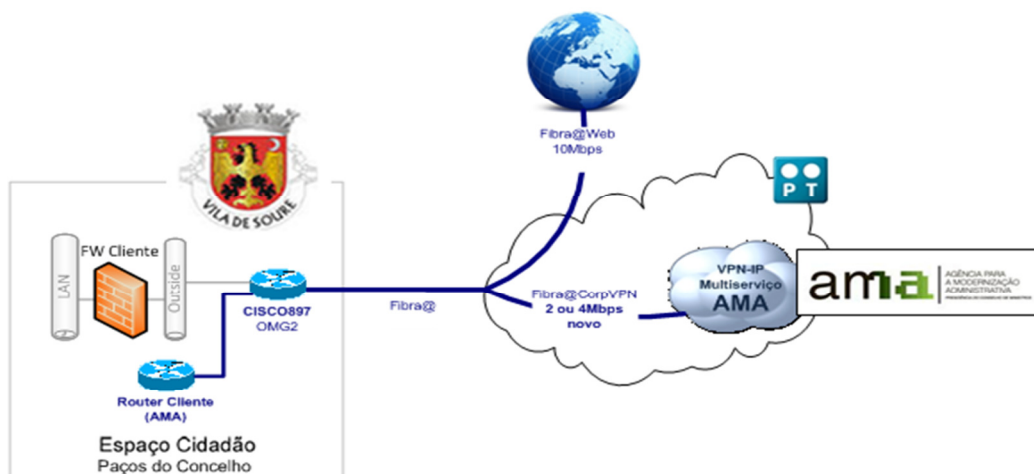
Assunto ESPACOS DO CIDADÃO DO CONCELHO DE SOURE

- Espaço do Cidadão de Soure
- Espaço do Cidadão de Alfarelos

Serviços de conectividade e interligação aos serviços AMA

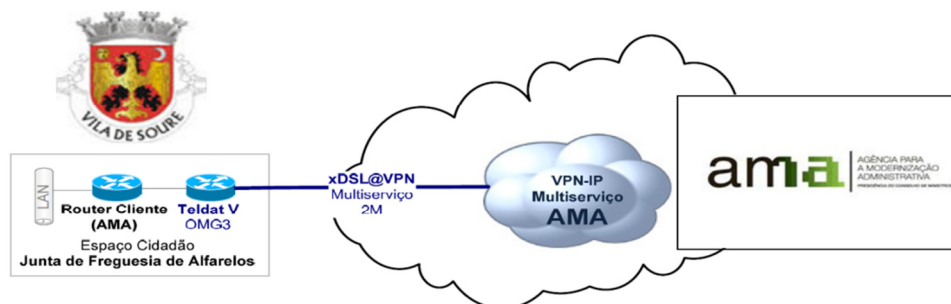
No âmbito do protocolo celebrado para instalação 2 espaços do cidadão no Concelho de Soure, verifica-se a necessidade de dotar os espaços em questão de ligações adequadas com as características especificadas pela "A.M.A. - Agência para a Modernização Administrativa" e descritas esquematicamente nas imagens correspondentes a cada instalação.

Espaço do Cidadão de Soure



**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 13 de julho de 2015**

Espaço do Cidadão de Alfarelos



Assim, e após a análise das especificações técnicas das ligações, bem como das limitações existentes em termos de infraestruturas da concessionária do serviço público de telecomunicações, solicitou-se a cotação para a instalação, ligação e consequente funcionamento, à empresa "PT Empresas", tendo-se obtido os valores constantes da tabela seguinte:

Espaço do Cidadão	Serviço / Equipamento		Qtd.	Mensalidade	Instalação
	Descrição	Débito / Nº Canais / OMG			
Alfarelos	Acesso xDSL @VPN Multiserviço sem SFT (opção naked) + Equipamento	2/2Mbps	1	150,00 €	331,00 €
Soure	Acesso Fibra@CorpVPN MultiServiço + Equipamento	4/4Mbps	1	110,00 €	125,00 €

Nota: oferta da instalação para contrato plurianual

As condições apresentadas têm por base a assinatura de um contrato por 3 (três) anos.

Os preços apresentados encontram-se em Euros e estão sujeitos ao imposto IVA, que será debitado à taxa legal em vigor no momento da sua faturação.

Por conseguinte e como se trata de elementos indispensáveis ao funcionamento dos espaços do cidadão de Soure, sugere-se a contratação dos acessos supracitados.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vitor Miranda, Eng.º Eletrotécnico)
03.07.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste direto, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----